



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA
AMAZÔNIA

JOSÉ DOS SANTOS DIAS

A Pluriatividade da Agricultura Familiar e a Contribuição da Renda Rural para o Crescimento
do Produto Interno Bruto do Estado de Roraima

Boa Vista, RR
2016

JOSÉ DOS SANTOS DIAS

**A Pluriatividade da Agricultura Familiar e a Contribuição da Renda Rural para o
Crescimento do Produto Interno Bruto do Estado de Roraima**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia da Universidade Federal de Roraima – PPG-DRA/UFRR, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Serguei Aily Franco de Camargo

Boa Vista, RR
2016

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

D541p Dias, José dos Santos.

A pluriatividade da agricultura familiar e a contribuição da renda rural para o crescimento do Produto Interno Bruto do estado de Roraima / José dos Santos Dias. – Boa Vista, 2016.

106 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Serguei Aily Franco de Camargo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia.

1 – Pluriatividade. 2 – Agricultura familiar. 3 – Produto Interno Bruto. I – Título. II – Camargo, Serguei Aily Franco de (orientador).

CDU – 338.1:63



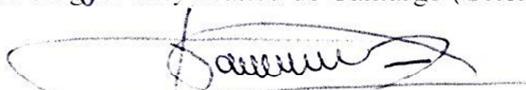
Ata de Defesa de Dissertação 003/2016

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às 15h, no Auditório do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe - NECAR/Universidade Federal de Roraima, reuniu-se a Banca Examinadora constituída pelos Professores Doutores **Serguei Aily Franco de Camargo (Orientador)**, **Haroldo Eurico Amoras dos Santos (Membro Interno)** e **Romanul de Souza Bispo (Membro Externo)**, sob a presidência do primeiro, para examinar a Defesa de Dissertação do aluno JOSÉ DOS SANTOS DIAS, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia – PPG-DRA, sobre o tema intitulado "O Perfil da Pluriatividade na Agricultura Familiar Roraimense e sua Contribuição para o Crescimento Econômico do Estado de Roraima". O aluno realizou uma exposição oral de trinta minutos e, após, foi arguido pelos membros da banca. Concluída a arguição, a Banca Examinadora atribuiu a seguinte avaliação:

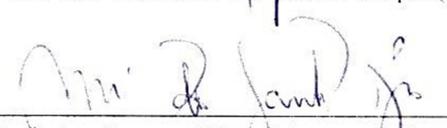
- APROVADO
 APROVADO COM RESTRIÇÕES (as exigências que constam na folha complementar em anexo devem ser atendidas em até 60 (sessenta) dias.
 NÃO APROVADO

Boa Vista, 28 de janeiro de 2016.


Prof. Dr. Serguei Aily Franco de Camargo (Orientador)


Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos (Membro Interno)


Prof. Dr. Romanul de Souza Bispo (Membro Externo)


José dos Santos Dias (Mestrando)

À minha esposa Amanda,
pelo companheirismo,
pela dedicação à família,
e a pela compreensão das
ausências de minha companhia.
Sem eles, nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Serguei Aily Franco Camargo, pela confiança, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e pela motivação no momento certo para que este trabalho fosse concluído.

Ao Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, pela orientação e indicação de fontes de dados para a pesquisa. O seu conhecimento sobre a história socioeconômica do nosso Estado, caracteriza-o como verdadeiro “dicionário vivo”.

À Profa. Dra. Gersa Maria Neves Mourão, pela contribuição com ensinamentos necessários ao entendimento de conteúdos relacionados com a temática do trabalho.

Ao amigo e colega de trabalho, Prof. MSc. Rubens Savaris Leal, pelo apoio e pela disponibilidade e indicação de bibliografias que proporcionaram os fundamentos deste meu trabalho de pesquisa.

Aos colegas de turma, pelo companheirismo e dedicação que todos demonstraram em ajudar ao outro, e pela caminhada solitária que é o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado.

À funcionária do IBGE/Roraima, Paula Kelly Gomes Maia, pela disponibilidade dos dados iniciais que subsidiaram esta pesquisa.

Ao funcionário do IBGE/Roraima, Liezer Hernandez Pino, pela disponibilidade de dados complementares para esta pesquisa, bem como pela contribuição com o ensinamento necessário para consultar os dados do IBGE pela plataforma SIDRA.

Um agradecimento especial, ao Prof. Dr. Romanul de Souza Bispo, pela contribuição nos ensinamentos estatísticos, pela orientação nas correções do trabalho final, bem como pela compreensão das dificuldades enfrentadas, por mim, para que este trabalho fosse concluído e aprovado com o devido sucesso.

Por fim, um agradecimento, sem tamanho, ao servidor Diego Rodrigues dos Santos, pelos préstimos na consecução deste trabalho, pois, sem ele, o sucesso não seria completo.

“Os erros decorrentes da ausência de fatos são muito mais numerosos e mais duradouros do que aqueles que resultam de um raciocínio infundado a respeito de dados verdadeiros.”

Charles Babbage

RESUMO

A agricultura é uma das atividades econômicas mais essenciais para o Brasil. Por isso, o meio rural brasileiro experimentou profundas transformações relacionadas à modernização do setor agrícola, nas últimas décadas. O Brasil é considerado uma Potência Agrícola por diversos fatores: grande extensão territorial com áreas férteis, concentração de 12% da água doce do mundo, possui uma grande variedade de climas, entre outros. No Brasil, a Região Norte é a que menos participa no volume total do setor agrícola, pois possui baixos índices de produtividade em comparação com outras regiões. Sua economia é constituída basicamente por atividades ligadas ao setor primário, destacando-se o extrativismo e a agropecuária. Roraima, como integrante da Região Norte, possui uma agricultura incipiente em relação aos demais estados da federação, porém, caracterizado principalmente pela Agricultura Familiar, que representa 86,4% dos estabelecimentos agrícolas. Em Roraima, a agricultura familiar é constituída por pequenos produtores e representa a maioria de produtores rurais. Por isso, há a necessidade de se identificar que atividades cada família vem combinando como forma de aumentar sua renda, ou mesmo como sobrevivência. Este estudo buscou responder ao seguinte questionamento: Como está caracterizada a pluriatividade da Agricultura Familiar Roraimense e qual a contribuição da renda rural para o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do estado de Roraima? Como forma de responder à pergunta de pesquisa, buscou-se analisar a participação das atividades agrícolas e não-agrícolas na renda auferida pela agricultura familiar roraimense e identificar a contribuição dessas rendas para o crescimento do PIB do estado de Roraima, a partir dos dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no período de 2006 a 2013, e pelo Censo Agropecuário de 2006. Para conseguir atingir o objetivo geral, buscou-se: Dimensionar os tipos de atividades desenvolvidas no contexto rural no Estado de Roraima, no período de 2006 a 2013; Identificar e analisar a composição da renda das famílias do meio rural roraimense; Analisar a evolução do conjunto das rendas das famílias rurais; Interpretar a evolução das rendas de atividades agrícolas, não-agrícolas e outras rendas das famílias rurais de Roraima; Identificar e analisar a evolução do crescimento do PIB Estadual; e Identificar e analisar a contribuição das rendas de atividades da área rural roraimense em relação ao crescimento do PIB Estadual. Os principais resultados encontrados foram: Roraima apresenta um contingente expressivo de pessoas ocupadas na sua área rural, inclusive tendo uma representatividade superior ao conjunto do país; a agricultura familiar apresenta uma representatividade inferior em quantidade de estabelecimentos, mas possui 86,4% dos estabelecimentos agrícolas do estado, superior a média nacional (84,4%); a representatividade da atividade agrícola dentro do estado ainda assume a primeira colocação de atividade mais ocupada no estado; a renda média do empregado rural sofre pouca divergência em relação à renda auferida pelo empregado urbano; as rendas auferidas pelas pessoas economicamente ativas e o PIB Estadual *per capita* possuem uma correlação positiva, sendo que a renda das pessoas da área urbana demonstra maior impacto no PIB Estadual do que a renda das pessoas da área rural do estado.

Palavras-chave: Pluriatividade. Agricultura familiar. Produto Interno Bruto.

ABSTRACT

Agriculture is one of the most essential economic activities to Brazil. Therefore, the rural Brazil experienced profound changes related to modernization of the agricultural sector in recent decades. Brazil is considered an agricultural power by several factors: large territory with fertile areas, concentration of 12% of the world's fresh water, has a wide range of climates, among others. The Northern region of Brazil is the least part in the total volume of the agricultural sector, because it has low productivity rates compared with other regions. Its economy consists primarily of activities related to the primary sector, especially the extraction and agriculture. Roraima, as a member of the North, has an incipient agriculture in relation to other states of the federation, however, characterized mainly by the Family Agriculture, which represents 86.4% of farms. In the state of Roraima, family farming consists of small producers and represents the majority of farmers. Therefore, there is a need to identify each family activities has combined as a way to increase your income, or even as survival. This study sought to answer the following question: How is characterized pluriactivity Family Agriculture of the state of Roraima and how rural income contribution to the growth of Gross Domestic Product - GDP of the state of Roraima? In order to answer the research question, it sought to analyze the participation of agricultural and non-agricultural in income earned by family farming of the state of Roraima and to identify the contribution of these revenues to GDP growth in the state of Roraima, from the data collected by the National Sample Survey of Households in the period 2006-2013, and the Agricultural Census 2006. to be able to achieve the overall objective, we sought to: Scale the types of activities in the rural context in the state of Roraima, from 2006-2013; Identify and analyze the composition of the household income of rural areas of the state of Roraima; To analyze the evolution of all the incomes of rural households; Interpret the development of agricultural activities income, non-agricultural and other income of rural households Roraima; Identify and analyze the evolution of the State GDP growth; and identify and analyze the contribution of income from activities rural area of the state of Roraima in relation to the growth of state GDP. The main results were: the state of Roraima has a significant number of persons employed in a rural area, including having a greater representation to the country as a whole; family farming has a lower representation in number of establishments, but has 86.4% of farms in the state, higher than the national average (84.4%); the representativeness of agricultural activity within the state still takes the first place of busiest activity in the state; the average income of rural employee suffers little divergence from the income earned by urban employee; the income earned by the economically active population and the State GDP per capita have a positive correlation, and the income of the people in urban areas shows a greater impact on the State GDP than the income of people in rural areas of the state.

Keywords: Pluriactivity . Family farming. Gross Domestic Product.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do índice de Gini da propriedade da terra – Brasil e Grandes Regiões 1967-2000.....	23
Tabela 2 – Crédito Rural PRONAF(s) contratados de 1999 a 2008 em Roraima	25
Tabela 3 – Produção Vegetal da Agricultura Familiar do Estado de Roraima – 2006	46
Tabela 4 – Produção Animal da Agricultura Familiar do Estado de Roraima – 2006.....	47
Tabela 5 – Série temporal da população do Estado de Roraima, por situação de domicílio.....	50
Tabela 6 – Evolução da população do Estado de Roraima, por situação de domicílio.....	51
Tabela 7 – Representatividade da população do Brasil e do Estado de Roraima	51
Tabela 8 – Representatividade das Ocupações Classificadas por Grupos de Atividade do Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)	52
Tabela 9 – Evolução das ocupações classificadas por atividade – Roraima (2006/2013) .	53
Tabela 10 – Representatividade da Posição na Ocupação no Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)	53
Tabela 11 – Evolução na Posição da Ocupação no Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)	54
Tabela 12 – Representatividade da Atividade do Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)	55
Tabela 13 – Evolução da Atividade do Trabalho Principal – Roraima (2006/2013).....	55
Tabela 14 – Representatividade da Condição de Atividade Classificada por Domicílio – Roraima (2006/2013)	56
Tabela 15 – Evolução da Condição de Atividade Classificada por Domicílio – Roraima (2006/2013)	56
Tabela 16 – Pessoas Ocupadas no Período de Referência de 365 dias – Roraima (2006/2013)	57
Tabela 17 – Evolução das Pessoas Ocupadas no Período de Referência de 365 dias – Roraima (2006/2013)	58
Tabela 18 – Representatividade das Classes de Rendimento da Área Rural – Roraima (2006/2013)	59
Tabela 19 – Representatividade das Classes de Rendimento das Pessoas Economicamente Ativas da Área Rural – Roraima (2006/2013).....	60
Tabela 20 – Representatividade do Rendimento Médio Mensal das Pessoas Ocupadas Classificado por Domicílio – Roraima (2006/2013).....	61
Tabela 21 – Produto Interno Bruto a Preços Correntes do Estado de Roraima e seus Municípios (2006/2013).....	62
Tabela 22 – Comparação do PIB Nacional e Estadual a Preços Correntes (2006/2013).....	62
Tabela 23 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Estado de Roraima (2006/2013).....	63
Tabela 24 – Rendimento Médio Mensal das Pessoas Economicamente Ativas por Domicílio – Roraima (2006/2013)	63

LISTA DE SIGLAS

ANOVA	Análise de Variância
ARF	Assentamentos da Reforma Agrária
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNAE-Domiciliar	Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PGPM	Política da Garantia de Preços Mínimos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
SEPLAN/RR	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problema e hipóteses	14
1.2	Objetivos geral e específicos	14
1.3	Justificativa	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	A Importância da Agricultura Familiar	16
2.2	A Agricultura no Novo Rural Brasileiro	17
2.2.1	A Formação Agrária na Amazônia e em Roraima.....	21
2.2.2	A Agricultura Familiar no Brasil e em Roraima	23
2.2.3	A relevância da Agricultura Familiar para o estado de Roraima.....	27
2.3	A Pluriatividade e a Agricultura Familiar	28
2.3.1	O Surgimento da Pluriatividade.....	28
2.3.2	A Pluriatividade no Meio Rural Brasileiro	30
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1	Fonte de dados da pesquisa.....	33
3.1.1	Sobre o Censo Agropecuário	33
3.1.2	A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).....	35
3.1.3	A base de dados da PNAD.....	35
3.1.4	Plano de amostragem da PNAD	37
3.2	A região de estudo	38
3.3	Enquadramento metodológico	38
3.4	Caracterização dos dados para a análise	40
3.4.1	Definição de Rural e Urbano utilizada pelo IBGE	40
3.4.2	A Classificação de Trabalho segundo a PNAD.....	41
3.5	Tabulação e tratamento dos dados utilizados no estudo	41
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1	Caracterização da Agricultura Familiar a partir do Censo Agropecuário de 2006.....	43
4.2	A Agricultura Familiar roraimense a partir do Censo Agropecuário de 2006.....	45
4.3	Caracterização das Ocupações na Área Rural de Roraima.....	50
4.4	Caracterização das ocupações rurais em Roraima.....	52
4.5	Caracterização do Rendimento Mensal da Área Rural de Roraima	58
4.6	Evolução do Produto Interno Bruto Estadual Roraimense	61
4.7	Comparação do Rendimento das Pessoas por Tipo de Domicílio e o PIB Estadual	63
5	CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES	69
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
	A N E X O S	79
	APÊNDICES	96

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é uma das atividades econômicas mais essenciais do Brasil. Além da segurança alimentar, ela desempenha várias funções: ambiental, social e econômica. Inclusive, vem representando um grande peso na balança comercial para o país, contribuindo com *superávits* anuais superiores a 100 bilhões de reais (PEDROZO, 2015).

Nos últimos tempos, o meio rural brasileiro vem sofrendo profundas transformações relacionadas, basicamente, à modernização do setor agrícola.

Pode-se afirmar que a agricultura brasileira teve um forte crescimento impulsionado por esta modernização, que utilizava, principalmente, incentivos promovidos, pelo governo federal, por meio de suas políticas públicas.

Para Farias (2010, p. 7), o desenvolvimento mais intenso vivido pela agricultura ocorreu principalmente a partir da década de 1970, devido à abundância de incentivos fiscais e de crédito.

O Brasil é considerado uma Potência Agrícola por diversos fatores: possui uma grande extensão territorial com áreas férteis, próprias para plantio; concentra em torno de 12% da água doce do mundo, disponíveis em rios; possui grande variedade de climas, desde o frio até o clima tropical; e outros.

No Brasil, a Região Norte é a que menos participa no volume total do setor agrícola, pois possui baixos índices de produtividade em comparação com outras regiões. Sua economia é constituída basicamente por atividades ligadas ao setor primário, destacando-se o extrativismo (vegetal, animal e mineral) e a agropecuária.

Apesar disso, sua agricultura é considerada uma grande fonte de renda, pois, além de culturas como o arroz, o guaraná, a mandioca, cacau, cupuaçu, coco e o maracujá, que são muito comuns na região, as plantações de soja tem crescido bastante na região, proporcionando sua elevação no valor total da produção.

Um dos prováveis motivos de entrave para o seu crescimento agrícola pode estar associado à necessidade de observar e respeitar a legislação ambiental em virtude de possíveis prejuízos aos biomas locais, como, por exemplo, a Floresta Amazônica.

O estado de Roraima, como integrante da Região Norte, possui, por sua vez, uma agricultura incipiente em relação aos demais estados da federação, porém, caracterizado principalmente pela Agricultura Familiar, a qual representa 86,4% dos estabelecimentos agrícolas do estado (IBGE, 2006).

Assim como em todo o território brasileiro, em Roraima, a agricultura familiar é constituída por pequenos produtores e representa a grande maioria de produtores rurais e, por isso, passou a ter política estatal institucionalizada através de lei federal que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

Por este motivo, acredita-se sobre a necessidade de se identificar que atividades, agrícolas e não-agrícolas, cada família vem explorando, como forma de aumentar a sua renda, ou mesmo como estratégia de sobrevivência, para se buscar o entendimento de fatores que proporcionem maior sustentabilidade para esta modalidade de produção agrícola.

Analisando as obras de alguns autores (ANJOS, 1996; SCHNEIDER, 1999, 2001, 2003a; LEAL, 2004; MARAFON, 2006), percebe-se que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, utilizadas como forma de complementação da renda familiar, costuma ser uma característica presente nas famílias da zona rural não-metropolitana ou de áreas rurais que estão distantes e possuem dificuldades no acesso aos mercados. A esse fenômeno, dá-se o nome de Pluriatividade.

Considerando que as propriedades familiares, em Roraima, ocupam 37,5% da área das unidades produtivas, bem acima da média nacional, que é de 24,3% (IBGE, 2006), acredita-se que o fortalecimento da agricultura familiar, presente no estado, possa ser uma condição que traga impactos positivos para a geração de renda, reduzindo a pobreza no campo e, conseqüentemente, contribuindo para o seu crescimento econômico¹.

Por este motivo, torna-se relevante caracterizar as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias na zona rural roraimense, identificar os tipos de atividades exploradas por elas e quantificar a sua participação na economia estadual.

Para tanto, este trabalho está estruturado em cinco capítulos, onde o primeiro trata, de maneira introdutória, a caracterização da pesquisa, contendo a contextualização, o problema e as hipóteses de pesquisa, os objetivos geral e específicos e, por fim, a sua justificativa.

O segundo capítulo apresenta o objeto de estudo e suas características, ou seja, apresenta uma revisão da literatura sobre a pluriatividade e a sua utilização pela agricultura familiar no meio rural brasileiro e pelas famílias rurais roraimenses, bem como uma visão sobre a formação agrária na região amazônica, abordando principalmente sobre a caracterização do meio rural roraimense.

No terceiro capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados na coleta e tratamento dos dados, bem como o enquadramento metodológico da pesquisa.

¹ O conceito de Crescimento Econômico, para efeito deste estudo, está associado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, a elevação da produção da região em estudo.

Os resultados da pesquisa realizada e suas análises foram trabalhados no quarto capítulo, onde se buscou identificar e apresentar um perfil do meio rural roraimense, bem como identificar e analisar a contribuição da renda rural para o crescimento do Produto Interno Bruto do estado de Roraima.

Finalmente, o quinto capítulo aborda sobre as conclusões e considerações sobre o estudo e seus resultados, bem como a confirmação, ou não, das hipóteses de estudo.

1.1 Problema e hipóteses

O presente estudo buscou responder ao seguinte questionamento: Como está caracterizada a pluriatividade da Agricultura Familiar e qual a contribuição da renda rural para o crescimento do Produto Interno Bruto do estado de Roraima?

Diante das percepções obtidas por meio do senso comum, tem-se a intuição de que a agricultura familiar, em Roraima, consegue sobreviver aos obstáculos e dificuldades presentes na região, mediante a exploração de várias atividades econômicas.

Nesse sentido, este estudo trabalhou com as seguintes hipóteses:

H1: As atividades não-agrícolas, exploradas na agricultura familiar, possuem uma participação maior na renda do agricultor familiar roraimense em relação às atividades agrícolas.

H2: As atividades agrícolas desenvolvidas na agricultura familiar possuem um impacto menor no crescimento do Produto Interno Bruto do estado de Roraima do que as atividades não-agrícolas.

1.2 Objetivos geral e específicos

Como forma de confirmar ou refutar as hipóteses de pesquisa, buscou-se analisar a participação das atividades agrícolas e não-agrícolas na renda auferida pelo agricultor familiar roraimense e identificar a contribuição dessas rendas para o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do estado de Roraima, a partir dos dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, no período de 2006 a 2013, e pelo Censo Agropecuário de 2006.

Como forma de conseguir atingir o objetivo geral, buscou-se executar os seguintes procedimentos:

- a) Dimensionar os tipos de atividades desenvolvidas no contexto rural no Estado de Roraima, no período de 2006 a 2013;
- b) Identificar e analisar a composição da renda das famílias do meio rural roraimense;
- c) Analisar a evolução do conjunto das rendas das famílias rurais, nesse período;
- d) Interpretar a evolução das rendas de atividades agrícolas, não-agrícolas e outras rendas das famílias rurais do Estado de Roraima;
- e) Identificar e analisar a evolução do crescimento do PIB Estadual; e
- f) Identificar e analisar a contribuição das rendas de atividades não-agrícolas do rural roraimense em relação ao crescimento do PIB Estadual.

1.3 Justificativa

Ressalta-se que no âmbito acadêmico, o fenômeno da pluriatividade tem proporcionado um aumento da compreensão do processo de mudança tanto nas sociedades quanto nas economias contemporâneas.

O conhecimento desse fenômeno abre a oportunidade de colocar ênfase na questão de divisão do emprego não-agrícola sobre o território, mas também de identificar a importância das estratégias de desenvolvimento em relação aos aspectos da diversificação das atividades produtivas entre as famílias.

Por mais que a discussão sobre a pluriatividade tenha sofrido um considerável avanço no nosso país, ainda existe a necessidade de se mostrar, principalmente, no âmbito das unidades da federação, a ocorrência desse fenômeno, de modo a identificar e caracterizar as suas recentes dinâmicas, pois, deve-se considerar que seus contornos e padrões são bastante distintos em cada região e estado.

Ressalta-se também que apenas mais recentemente o IBGE integrou a área rural da Região Norte em sua pesquisa, ampliando a abrangência da PNAD. Desse modo, este trabalho veio destacar características específicas do estado de Roraima, a partir da interpretação das informações publicadas por aquele instituto e subsidiar planos de desenvolvimento e/ou fomentar políticas públicas para a área rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para garantir a compreensão deste estudo, buscou-se apresentar um apanhado histórico acerca da agricultura no Brasil, destacando as suas características, importância e evolução, bem como buscou contextualizar e apresentar o conceito da temática principal do trabalho: **a pluriatividade**.

2.1 A Importância da Agricultura Familiar

Permeando um passado não muito distante, observa-se que a discussão sobre a agricultura familiar ganhou destaque nacional no campo social, político e acadêmico. Esta percepção é comprovada pela sua frequência nos discursos de movimentos sociais rurais, pela preocupação de órgãos governamentais e de vários segmentos do pensamento acadêmico.

A agricultura familiar, segundo Schneider (2003, p. 100), firmou-se no cenário social e político brasileiro após o reconhecimento pelo Estado quando da criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O autor ainda afirma que esse programa foi formulado em resposta às pressões do movimento sindical rural, decorrente desde o início dos anos de 1990. Sua finalidade era de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que se encontravam em sérias dificuldades de se manter na atividade.

Em Roraima, assim como em todo o Brasil, a agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores e representa a grande maioria de produtores rurais.

Na visão de Duarte *et al* (2009, p. 9), o grande desafio da agricultura familiar, no Brasil, é organizar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis, adequando esta tecnologia a sua realidade. Esta situação não é diferente em Roraima, cuja situação agrava-se pelo elevado custo de produção e maior dificuldade de acesso aos mercados, em função das grandes distâncias destes.

Segundo Marafon (2006, p. 18), em áreas mais distantes, os produtores familiares ficam na dependência da renda agrícola e costumam enfrentar inúmeros problemas para a realização de suas atividades. Geralmente, nesses casos, as famílias se utilizam de estratégias de sobrevivência, seja através de empregos agrícolas ou não-agrícolas, diversificando as abordagens da produção familiar.

A consolidação de atividades não-agrícolas no espaço rural e a formação de unidades produtivas agrícolas crescentemente identificadas com a pluriatividade de seus membros são duas das estratégias de sobrevivência mais comuns entre os pequenos e médios produtores.

Schneider (2001) afirma que a combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, caracteriza e define a pluriatividade, podendo ser um recurso ao qual a família faz uso ou representar uma estratégia individual dos membros que a constituem.

Em Roraima, a agricultura familiar tem sua estrutura produtiva concentrada, em sua maior parte, em áreas de floresta alterada, as quais abrangem 600 mil hectares dentro do estado. E as características fundamentais das unidades familiares de produção agrícola, inseridas neste contexto, estão: baixo nível de escolaridade; acesso restrito a capital para investimentos; pouco conhecimento das tecnologias de produção e pouca capacidade para gestão e comercialização (EMBRAPA, 2010).

A atividade econômica no meio rural tende associar as suas atividades agrícolas com as não-agrícolas como uma forma não só de sobrevivência, mas de melhoria na qualidade de vida para quem reside na zona rural.

Esta associação, não raramente, está relacionada à expansão das unidades familiares pluriativas, onde parte dos membros dessas famílias passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, dentro ou fora da propriedade rural. Esse tipo de organização do trabalho familiar é denominado de pluriatividade (SCHNEIDER, 2003).

Para Leal (2004, p. 1), a pluriatividade pode ajudar a diminuir as diferenças nas condições de vida entre aqueles que vivem no campo e nas cidades, especialmente daquelas famílias que possuem pequenas explorações agrícolas.

2.2 A Agricultura no Novo Rural Brasileiro

Até alcançar o estado atual, o meio rural brasileiro sofreu importantes mudanças, relativas especificamente à modernização no setor agrícola. Essas mudanças determinaram o desenvolvimento da agricultura no nosso país (LEAL, 2004).

Através da disseminação de políticas públicas, o governo federal tornou possível o processo de modernização da agricultura, a qual foi baseada no modelo denominado de “Revolução Verde”.

Este modelo tinha como premissas o uso de adubos químicos, irrigação mecanizada, a utilização de várias culturas modificadas geneticamente, as quais respondiam rapidamente ao

uso de insumos químicos, bem como a necessidade da aplicação de agrotóxicos, aplicados muitas vezes por procedimentos mecanizados (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

A vantagem neste tipo de modernização era a de que as sementes modificadas geneticamente se adaptavam às mais variadas condições de plantio, possibilitando a sua utilização em todas as regiões do país.

O governo federal, interessado na implementação deste processo, idealizou várias políticas públicas, fortalecendo e firmando a proposta de modernização da agricultura. Portanto, a política agrícola brasileira sofreu transformações, das quais atendiam aos interesses da indústria nacional, que precisava ampliar o mercado para sua produção em crescimento, e também à necessidade da geração de excedentes agrícolas exportáveis, pois esses produtos tinham um custo mais reduzido e se tornariam competitivos no mercado internacional (FÜRSTENAU, 1987).

Nos anos de 1950, a política agrícola estava baseada na melhoria de infraestrutura para a comercialização, onde os investimentos públicos eram voltados para os transportes, o armazenamento e para a modernização. Na década seguinte, houve a continuação da expansão no sistema de transportes e a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, ocorrida em 1965, que se tornou um importante instrumento da modernização agrícola (LUCENA; SOUZA, 2001).

Com a disponibilidade de crédito para o setor rural, um dos principais instrumentos para incentivar a produção agrícola, esta apresentou um melhor desempenho na década de 1960 do que na anterior. Segundo Lucena e Souza (2001, p. 181-2), “a maior parte dos produtos exportáveis e de mercado interno cresceram mais do que a população nacional, na época em torno de 3% ao ano”.

Os autores (2001) informam ainda que, no decorrer dessa década, a economia brasileira ficou mais favorável ao comércio internacional, com a expansão das exportações de produtos agrícolas industrializados, tornando a comercialização de produtos brasileiros mais aceitáveis no mercado mundial.

Com a efetiva existência de um sistema de financiamento à agricultura, visando a modernizá-la, o seu auge aconteceu na década de 1970, quando se tinha uma oferta de crédito rural com juros reduzidos e uma série de incentivos e subsídios governamentais que beneficiaram alguns projetos, como é o caso da importação de insumos modernos e assistência técnica (LEAL, 2004).

A década de 1980 foi marcada pelo seu declínio, pois, no final dos anos 1970, o controle da inflação levava o Governo a conter seus gastos e a desacelerar parte dos seus

projetos. No início dos anos 1980, percebia-se um esgotamento das fontes de financiamentos para a agricultura. Os recursos financeiros baratos, com juro zero, em média três anos de carência e mais cinco anos para pagar, já não existiam mais. O Governo, além da elevada inflação, tinha que administrar o crescimento da dívida externa brasileira (FÜRSTENAU, 1987; LUCENA; SOUZA, 2001; LEAL, 2004).

A política rigorosa adotada pelo Governo brasileiro adveio de uma imposição por parte das entidades financeiras internacionais para combater a inflação e o desequilíbrio nas contas externas. Com isso, o início da década de 1980 ficou caracterizado por uma mudança referente ao tipo de crédito disponível, onde o financiamento para investimentos cedeu lugar gradativamente para o crédito de custeio (FÜRSTENAU, 1987; LUCENA; SOUZA, 2001).

Essa mudança na postura governamental foi provocada pelos crescentes problemas apresentados no comércio internacional e, especialmente, pelo patamar significativo que a inflação tinha alcançado, tornando mais oneroso o custo do dinheiro.

O crédito rural já não era mais um instrumento para impulsionar o desenvolvimento do setor agrícola. Dessa forma, o Governo precisou redefinir o seu papel diante do setor agrícola e lançou mão da Política da Garantia de Preços Mínimos – PGPM como ferramenta de expansão e desenvolvimento da agricultura (LEAL, 2004).

A PGPM fora instituída por meio de dispositivos legais como leis e, principalmente, decretos-leis, aos quais determinavam o preço mínimo dos mais diversos produtos, sejam das atividades agrícola, pecuária ou extrativa.

O preço mínimo desses produtos era estabelecido por uma imposição governamental, através de regulações, cuja finalidade era estabelecer uma remuneração mínima a um produto qualquer. No entanto, para um preço mínimo ser eficaz, ele obrigatoriamente deveria ser maior do que o preço de equilíbrio do mercado.

Lucena e Souza (2001, p. 184) afirmam que foi “através da garantia de um preço mínimo para o produto”, que se pretendeu “proteger o setor agrícola contra as oscilações acentuadas de preços na época de comercialização da safra”, assegurando “um nível mínimo de renda para o produtor rural”.

De acordo com Massuquetti (1998, p. 16), “uma nova fase do padrão de financiamento surgiu no início dos anos 80, com a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) passando a ter um caráter mais ativo desde a sua criação na década de 40 [sic]”. A autora ainda argumenta que esta forma de atuação foi para “garantir o nível de preços recebidos pelos produtores e o crédito pela comercialização dos produtos”.

Em meados dos anos de 1980 e em toda a década de 1990, percebe-se uma mudança nos padrões de financiamento da agricultura, onde as formas de financiamento se adaptaram, evoluindo conforme o contexto econômico do país (MASSUQUETTI, 1998).

Na visão de Leal (2004), na década de 1990, ocorreram várias mudanças nos sistemas de produção e na ocupação das famílias no meio rural brasileiro, que promoveram a ampliação da distância entre a agricultura familiar e a patronal.

Em 1996, o Governo criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em resposta às pressões do movimento sindical rural, cuja finalidade era de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que se encontravam em sérias dificuldades para se manter na atividade (SCHNEIDER, 2003).

Observa-se que a evolução das formas de financiamento rural acompanha a própria evolução dos segmentos econômicos. Devido à existência de uma relação estreita entre o setor agrícola e os setores financeiro e industrial, a agricultura brasileira torna-se influenciada pela conjuntura econômica do país, evidenciando uma forte relação de dependência com esta.

Esta relação de dependência demonstra a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do setor agrícola. Sem uma eficiente política de financiamento agrícola para atender às circunstâncias concernentes as suas peculiaridades, não se pode falar em desenvolvimento da agricultura brasileira.

Por exemplo, no Brasil, a maioria dos estabelecimentos agrícolas é constituída por pequenos produtores, possuidores de pouca área e baixa tecnologia, atendem ao mercado interno e, por sua vez, auferindo baixas remunerações. Por outro lado, os estabelecimentos de empregadores (não-familiares), possuindo maior quantidade de área e grau de tecnologia, conseguem uma margem de renda maior em virtude de oferecerem os seus produtos no mercado internacional (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Ainda, no decorrer da década de 1990, apesar de haver redução dos subsídios ao crédito rural com intuito de conter a inflação, houve a introdução do Sistema de Equivalência-Produto no crédito rural, como estímulo dos empréstimos para a agricultura (LUCENA; SOUZA, 2001).

Destacaram-se, também, a utilização dos mercados futuros, que complementou o Sistema de Equivalência-Produto; a inclusão da agricultura nas discussões da Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), transformado, em 1999, na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde as negociações buscaram eliminar as barreiras não tarifárias e consolidar as tarifas do setor agrícola, definir as políticas de apoio interno com o objetivo de tornar o setor mais eficiente, tanto na produção como na

comercialização de seus produtos, e definir uma política de apoio às exportações com o objetivo de contrabalançar a redução de subsídios às exportações agrícolas; e, por fim, a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), como forma de se promover um comércio internacional mais aberto e competitivo, para enfrentar os desafios da globalização da economia mundial (LUCENA; SOUZA, 2001).

2.2.1 A Formação Agrária na Amazônia e em Roraima

Faz parte da história amazônica, a percepção de que a sua colonização foi realizada em face ao processo de redistribuição de áreas sob o domínio particular improdutivo, pois a própria Constituição², vigente à época, por mais que mencionasse sobre a desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária, também delimitava que o uso da terra era condicionado ao bem-estar social (ROCHA, 2011).

Dessa forma, a colonização da Amazônia apresentou equívocos que merecem ser destacados como, por exemplo, Schneider *et al* (2000, p. 10) afirmam que, de uma área de estudos com 3,7 milhões de km², apenas 7%, que equivale aproximadamente 250.000 km², apresentam potencial expressivo para a agricultura e os outros 93% possuem um potencial agrícola baixo ou insignificante, revelando assim que a reforma agrária foi conduzida sem critérios de zoneamento.

Diante desta percepção, destacam-se as palavras de Margulis (2003, p. 41), quando este afirma que o processo do avanço e da consolidação da fronteira na Amazônia definitivamente não foi uniforme. O autor argumenta ainda que, principalmente, no passado, a apropriação das terras públicas se deu em grande parte pelos pequenos agricultores, seja através de projetos de colonização, seja pela ocupação espontânea³.

A partir de meados dos anos de 1960, após a implantação de processos de industrialização e de urbanização brasileira, a Amazônia começa a ser colonizada em dimensões significativas, com colonização espontânea associada à colonização dirigida (SCHMINK, 1981).

Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF (2008), o modelo de desenvolvimento agrícola baseado no padrão tecnológico e produtivo, que foi disseminado pela modernização conservadora da agricultura, prejudicou fortemente a agricultura familiar em todo o território nacional, expropriando a terra e inviabilizando a

² Ver art. 147 da Constituição de 1946.

³ Segundo Silva (1973), existem três formas básicas de colonização: espontânea, dirigida e planejada.

sustentabilidade econômica de muitos agricultores familiares e camponeses, assim como lhes negou assistência técnica e acesso ao crédito.

Diante dessa realidade, associada a outros fatores, é possível identificar relatos em que “o pequeno agricultor passa a ver a terra cada vez mais como um bem de troca de fácil acesso”, onde “é comum encontrar colonos, inclusive residindo nas cidades, que já passaram por vários assentamentos” (SANTOS, 2004, p. 182).

Em outras palavras, o que se percebe é o pequeno agricultor que, seja por falta de crédito para trabalhar a terra, seja por falta de infraestrutura para escoar sua produção, vende a sua terra muitas vezes adquirida por meio de projetos de assentamentos e, em pouco tempo, consegue a aquisição de nova terra.

Essa prática contribui significativamente para o aumento no nível de concentração de terras, pois aqueles que possuem recursos acabam por oferecer uma boa barganha financeira diante das condições em que se encontra aquele pequeno produtor. E, este, conclui o negócio na certeza de que ainda terá a oportunidade de conseguir novas terras no futuro próximo.

Arantes (2009) relata que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 18 de fevereiro de 2009, retoma a posse de três fazendas situadas, no Município de São Luís do Anauá, Sul de Roraima, onde as fazendas ocupavam de forma irregular 27 lotes do Projeto de Assentamento Rápido Jauaperi. Logo, percebe-se um dos motivos do alto índice de concentração de terras na região amazônica.

O trabalho de Hoffmann (2007) corrobora com estes fatos, pois o autor analisou a distribuição da renda e da posse da terra no Brasil, e os resultados obtidos confirmaram que a elevada concentração da posse da terra foi um dos condicionantes básicos da desigualdade da distribuição da renda na agropecuária.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos – DIEESE confirma a análise do autor, quando demonstra, em suas estatísticas, a evolução do índice da propriedade da terra no Brasil e nas grandes regiões, segundo os dados apresentados na Tabela 1 (DIEESE, 2011).

Conforme se observa na Tabela 1, o Índice de Gini apresenta uma concentração elevada em todas as regiões do país. Na região Norte, por exemplo, em 1967, o índice atingiu 0,882 e caiu, em 2000, para 0,714, demonstrando que, mesmo com essa redução, a região ainda apresentava um alto índice de concentração da propriedade da terra.

Em Roraima, segundo Arantes (2008), a atividade fundiária do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) teve início em 1972, com a instalação do Projeto Fundiário Boa Vista, criando um departamento de terras vinculado ao Estado do

Amazonas. Ainda, segundo o autor, o objetivo era estabelecer, por meio de um processo de discriminação de terras, um controle sobre as terras públicas do, então, território de Roraima.

Tabela 1 – Evolução do índice de Gini⁽¹⁾ da propriedade da terra
Brasil e Grandes Regiões 1967-2000

Grandes Regiões	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-Oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
BRASIL	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

Fonte: DIEESE (2011).

Notas: 1 Para permitir uma análise da evolução agrária, foi necessário uniformizar a delimitação geográfica das regiões e unidades da federação, agregando Tocantins a Goiás em 1992, reconstituindo o antigo estado de Goiás que é incluído na região Centro-Oeste.

2 Para os anos de 1967 a 1998, foi utilizado o cálculo das Estatísticas Cadastrais do INCRA e para 2000, o cálculo da pesquisa *Novo Cenário Fundiário*.

(1) É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade, respectivamente.

Em 1986, com o advento do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA, a reforma agrária assume maior importância em âmbito nacional e, em Roraima, embora já houvesse iniciativa nesse sentido, se efetivou mais ainda este processo com a criação do Projeto de Assentamento Dirigido Salustiano Vinagre – PAD⁴ Vinagre, hoje conhecido como PAD Anauá (ARANTES, 2009).

2.2.2 A Agricultura Familiar no Brasil e em Roraima

A agricultura familiar começou a tomar destaque no cenário brasileiro a partir da década de 1990, quando os estudos sobre a produção familiar se multiplicaram. Segundo afirmou Wanderley (2000, p. 36), “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”. Ainda, para a autora, este fato foi de grande importância, pois marcou as transformações que ocorreram no mundo rural brasileiro.

Com o aumento da discussão acerca da agricultura familiar dentro do nosso país, este assunto tornou-se, então, relevante socialmente, politicamente e academicamente. Essa

⁴ PAD – Projeto de Assentamento Dirigido – além da responsabilidade pela organização, infraestrutura, ocorre também a seleção e assentamento dos beneficiários, que precisam possuir conhecimento agrícola e dispor de recursos financeiros (ARANTES, 2009, p. 105).

relevância é percebida pela frequência nos discursos de movimentos sociais rurais, pela própria preocupação dos órgãos governamentais e também por diversos segmentos do pensamento acadêmico. Dessa forma, a agricultura familiar se tornou “uma categoria expressiva no meio rural brasileiro”, como afirma Marafon (2006, p. 18).

Schneider (2003b, p. 100) corrobora afirmando que a agricultura familiar firmou-se no cenário social e político brasileiro após o reconhecimento pelo Estado quando da criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O autor relata ainda que esse programa foi formulado em resposta às pressões do movimento sindical rural, decorrente desde o início dos anos de 1990. Sua finalidade era de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que se encontravam com sérias dificuldades para se manter na atividade.

Na visão de Duarte *et al* (2009, p. 9), o grande desafio da agricultura familiar, no Brasil, é organizar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis, adequando-as a sua realidade. Esta situação não é diferente em Roraima, cuja situação agrava-se pelo elevado custo de produção e maior dificuldade de acesso aos mercados, em função das grandes distâncias destes.

As dificuldades de acesso às tecnologias são combatidas com estratégias advindas do próprio produtor rural e outras com a ajuda de organismos como, por exemplo, a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Como exemplo, pode-se evidenciar uma prática muito utilizada pelo pequeno agricultor no espaço agrário roraimense para se conseguir ter acesso às máquinas e equipamentos necessários à atividade agrícola, que é a terceirização ou subcontratação dessa tecnologia para a execução das tarefas.

Segundo Laurenti (2000), o estado de Roraima, em 1985, apresentou um índice de terceirização de 0,720. O levantamento foi com base no Censo Agropecuário daquele ano e indicou que 72% dos estabelecimentos agrícolas utilizaram algum tipo de terceirização, seja tração animal, tração mecânica, ou mesmo a utilização de máquinas e equipamentos empregados na atividade agrícola.

Ainda que haja a disponibilidade de tecnologias, é comum o agricultor familiar roraimense não ter acesso ao crédito para adquiri-las, pois, para a liberação do Crédito Rural é necessário a documentação da propriedade rural. Apesar do estado de Roraima ter sido criado há mais de vinte anos, é na história mais recente que se encontra a explicação, pois, somente a partir da Medida Provisória nº 454/2009 e do Decreto nº 6.754/2009, que o Governo Federal transfere parte das terras da União para o estado, as quais “deverão ser utilizadas

preferencialmente em atividades agrícolas diversificadas, de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, de assentamento, de colonização e de regularização fundiária” (BRASIL, 2009).

Arantes (2009) analisou, no período de 1999 a 2008, a evolução dos empréstimos contratados por meio do PRONAF para atender a imóveis rurais com até 4 módulos fiscais⁵ no estado de Roraima, sintetizando os dados segundo a Tabela 2.

Verifica-se, na Tabela 2, que foram aplicados mais de R\$ 74,4 milhões em recursos financeiros correspondentes a 12.245 contratos de empréstimos. O ano de 2007 foi o ano que apresentou o maior número de contratos, representando aproximadamente 33,8% em relação aos contratos firmados no período. No entanto, foram nos anos de 2005 e 2006 que se verificam os maiores volumes de recursos financeiros contratados, com aproximadamente R\$ 21,9 milhões e R\$ 21,0 milhões, respectivamente, o que correspondem, juntos, a 57,6% de todo o volume de recursos do período.

Tabela 2 – Crédito Rural PRONAF(s) contratados de 1999 a 2008 em Roraima

Ano Fiscal	Nº Contratos	% total de contratos	Montante (R\$)	% em Relação ao total
1999	2	0,02	7.813,25	0,01
2000	127	1,04	772.762,62	1,04
2001	1	0,01	2.815,30	0,004
2002	184	1,50	1.500.202,56	2,02
2003	116	0,95	1.096.032,00	1,17
2004	1.695	13,84	8.161.839,52	10,96
2005	2.374	19,39	21.884.046,25	29,40
2006	1.641	13,40	20.983.817,25	28,19
2007	4.143	33,83	11.108.428,90	14,92
2008	1.962	16,02	8.927.346,00	11,99
Total Geral	12.245	100,00	74.445.103,65	100,00

Fonte: Adaptado de Arantes (2009, p. 229).

À primeira vista, percebe-se um aumento significativo no número de contratos, principalmente entre os anos de 2003 e 2004, cujo aumento foi de 1.361% de um ano para outro. No entanto, considerando o levantamento feito por Arantes (2008, p. 53), este revela que, em 2005 e 2006, o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR apresentava 4.261.067,69 hectares de posses cadastradas, dentre as quais apenas cerca de 1.156.760 hectares são de propriedades tituladas, totalizando 6.077 imóveis de um total de 29.443

⁵ Para ser classificado como agricultor familiar, a lei nº 11.326/2006 estabelece, como característica intrínseca, a posse de terras não superior a 4 módulos fiscais.

cadastrados. O autor revela ainda que os Assentamentos da Reforma Agrária (ARF) totalizam, em Roraima, 50 assentamentos distribuídos em 12 municípios, representando um total de 14.329 famílias assentadas. Ao se comparar este valor com os contratos firmados expostos na Tabela 2, tem-se 28,9% das famílias assentadas, considerando o nível mais alto que, no caso, foi em 2007, com 4.143 contratos. Em outros termos, verifica-se que menos de um terço dos produtores familiares conseguem ter acesso ao crédito rural.

Na visão de Arantes (2009), a baixa procura pelo crédito rural, em Roraima, está associada à falta de informação e assistência técnica insuficiente para atender a demanda dos assentados, porém, a questão fundiária é a mais comum, pois muitas famílias ainda não possuem o documento da terra.

Segundo a Embrapa (2010), em Roraima, a agricultura familiar tem sua estrutura produtiva concentrada, na maior parte, em áreas de floresta alterada, as quais abrangem 600 mil hectares dentro do estado. E as características fundamentais das unidades familiares de produção agrícola, inseridas neste contexto, estão: baixo nível de escolaridade; acesso restrito a capital para investimentos; pouco conhecimento das tecnologias de produção e pouca capacidade para gestão e comercialização.

Estes fatores, associados com a dificuldade de acesso ao mercado externo e, principalmente, ao mercado interno, forçam o agricultor familiar na busca de alternativas para aumentar a renda familiar, seja para a manutenção da atividade agrícola, seja para a subsistência da própria família.

Marafon (2006, p. 18) corrobora afirmando que, em áreas mais distantes, os produtores familiares ficam na dependência da renda agrícola e costumam enfrentar inúmeros problemas para a realização de suas atividades. Geralmente, nesses casos, as famílias se utilizam de estratégias de sobrevivência, seja através de empregos agrícolas ou não-agrícolas, diversificando as abordagens da produção familiar.

A consolidação de atividades não-agrícolas no espaço rural e a formação de unidades produtivas agrícolas crescentemente identificadas com a pluriatividade de seus membros são duas das estratégias de sobrevivência mais comuns entre os pequenos e médios produtores.

Em Roraima, é possível identificar alguns poucos produtores rurais que possuem empregos na capital, aos quais trabalham no decorrer da semana e voltam para as suas terras nos fins de semana. Na sua ausência, a fazenda fica sob a responsabilidade de um membro da família ou mesmo de um funcionário contrato: o capataz.

Essa combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, em caráter permanente, em uma mesma família, na visão de Schneider (2001), caracteriza e define a pluriatividade,

podendo ser um recurso ao qual a família faz uso ou podendo representar uma estratégia individual dos membros que a constituem.

2.2.3 A relevância da Agricultura Familiar para o estado de Roraima

Segundo Guanziroli *et al* (2009, p. 15), os países capitalistas que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano possuem algo em comum: a forte presença da agricultura familiar.

Considerando que as propriedades familiares, em Roraima, ocupam 37,5% da área das unidades produtivas, bem acima da média nacional que é de 24,3% (IBGE, 2006), acredita-se que o seu fortalecimento possa ser uma condição que trará impactos positivos para a geração de renda, de modo a contribuir para a redução da pobreza no campo e, conseqüentemente, colaborando para o crescimento econômico do estado.

Pesquisas em países desenvolvidos, segundo afirma Carneiro (1998), demonstram que o agricultor familiar se adapta rapidamente ao processo de modernização, inclusive com a utilização de técnicas avançadas, e que, de certa forma, contribui com sua experiência na formulação de respostas à crise do modelo de produção capitalista⁶, como é o caso da pluriatividade.

Outro aspecto relevante é a necessidade de preservação do bioma regional, principalmente para atender a legislação ambiental vigente, a qual estabelece 80% de reserva legal na Amazônia, ou seja, uma área localizada dentro do interior da propriedade ou posse rural deve ser mantida com sua cobertura vegetal original.

Na visão de Brandenburg (1999, p. 88-89), a agricultura familiar pode organizar a sua produção de modo racional, favorecendo o desenvolvimento de sistemas diversificados de produção agrícola, ou mesmo de ecossistemas mais equilibrados em relação, por exemplo, ao consumo de energia e recursos não-renováveis, bem como à preservação de flora e fauna nativas. O autor ainda afirma que, geralmente, a agricultura familiar possui uma escala de produção que privilegia em maior grau a biodiversidade, apresentando as áreas verdes com maior densidade.

⁶ O modelo de produção capitalista, aqui referenciado, é caracterizado pelo desenvolvimento capitalista, que contribuiu para a expansão industrial nas cidades e a idealização de um modelo produtivista para o campo, a partir dos anos 1980, principalmente nos países capitalistas avançados.

2.3 A Pluriatividade e a Agricultura Familiar

No âmbito acadêmico, o fenômeno da pluriatividade tem proporcionado um aumento da compreensão do processo de mudança tanto nas sociedades quanto nas economias contemporâneas.

O conhecimento desse fenômeno abre a oportunidade de colocar ênfase na questão de divisão do emprego não-agrícola sobre o território brasileiro, mas também de identificar a importância das estratégias de desenvolvimento em relação aos aspectos da diversificação das atividades produtivas entre as famílias (LEAL, 2004).

No contexto atual, Schneider (2006b) descreve este objeto científico claramente:

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família [sic]. (SCHNEIDER, 2006b, p. 2)

Na concepção de Pires e Spricigo (2009), a pluriatividade nada mais é do que a realização de diversas atividades geradoras de renda de uma família, ou seja, os membros das famílias de agricultores decidem exercer diferentes atividades, ou ainda, exercerem atividades não-agrícolas, mantendo a sua moradia no campo e uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no meio rural.

2.3.1 O Surgimento da Pluriatividade

Na década de 1930, segundo Fuller (1990), surgia de modo pioneiro a denominação *part-time farming* que, na tradução livre, significa **agricultura em tempo parcial**, e era usada para designar os agricultores que dedicavam parte de seu tempo para desempenhar trabalhos fora da propriedade rural.

Anjos (1996, p. 2) nos indica que:

O tema correspondente à chamada “*agricultura em tempo parcial*” tem sido [...] objeto de um grande número de trabalhos acadêmicos desenvolvidos predominantemente no continente europeu e em diferentes países que atingiram um elevado estágio de industrialização e correspondente desenvolvimento.

No entanto, esta expressão é utilizada pelo autor para fazer referência às várias acepções e matizes terminológicos encontrados na literatura nacional e internacional, tais como: trabalhador de dupla jornada, colono-operário, *part time farming*, *work-peasant*,

pluriactivity, five o'clock farmer, multiple job holding, entre outras expressões (ANJOS, 1996).

Entre os anos de 1950 e 1960, o conceito de pluriatividade ficou associado ao termo *multiple job-holding*, sendo traduzido como empregos múltiplos (DOURADO; OLIVEIRA JÚNIOR, 2010).

Nos anos de 1960, a palavra *pluriactivité* foi importada das atribuições dos técnicos e organismos públicos franceses para o meio acadêmico, a fim de caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas (SCHNEIDER, 1999).

Para Leal (2004), o termo pluriatividade começou a aparecer nas publicações de pesquisadores no final dos anos 1970, tornando-se aceito como um fenômeno estrutural da sociedade industrial e prevaleceu através da zona rural do continente europeu.

Entre meados da década de 1970 e início da década 1980, segundo Kageyama (1998), foram realizados longos debates, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, sendo que o tema foi discutido com maior relevância na França.

Em 1985, o Projeto “*Rural Change in Europe*” (Mudança Rural na Europa – tradução livre) demonstrou, em suas pesquisas, que uma grande parcela da população agrícola, em todos os países europeus, combinava a agricultura com outras atividades geradoras de renda. O projeto pesquisou vinte e quatro áreas de estudo e o resultado revelou que havia uma grande diversidade de estratégias de renda entre as famílias agrícolas (KINSELLA, 2000).

Schneider (2003a, p. 74) revela que “até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* e *pluriactivité* eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais”. A causa disso era a aceitação de que a única diferença entre os termos estava associada ao fato de que o primeiro era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo estava mais ligado à tradição acadêmica francesa.

A expressão que caracterizou o discurso no final da década de 1980, na Europa, foi *Pluriactivity*, a qual é conhecida no Brasil como Pluriatividade. Nas discussões desse período, ficou estabelecido que a família é o fator relevante de análise e que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno temporário, nem tampouco de transição no desenvolvimento agrícola (KAGEYAMA, 1998).

Mais recentemente, as concepções teóricas presentes na literatura internacional apresentam um consenso em torno da noção de pluriatividade. No Brasil, apesar de alguns esforços, o debate sobre o tema ainda está nos primeiros estágios de desenvolvimento (SCHNEIDER, 2003a).

2.3.2 A Pluriatividade no Meio Rural Brasileiro

A atividade econômica no meio rural tende associar as suas atividades agrícolas com as não-agrícolas não só como uma forma de sobrevivência, mas de melhoria na qualidade de vida para quem reside na zona rural.

Segundo Schneider (2009, p. 132), “os primeiros estudos sobre a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no Brasil também começaram tratando das formas complementares de trabalho e renda, utilizando-se das noções de camponês-operário”.

Estes trabalhos mostraram que em algumas regiões e contextos sociais específicos, os membros das famílias rurais eram levados a buscar algum tipo de trabalho e/ou obtenção de renda, geralmente em tempo parcial, fora das suas propriedades rurais, configurando-se, então, a dupla ocupação.

Pode-se dizer que esta situação foi provocada pelo desenvolvimento do capitalismo, ao qual desencadeou um processo progressivo de subordinação da agricultura à indústria, forçando uma dinâmica do progresso tecnológico na agricultura.

Por outro lado, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural, a qual passou a ser percebida como uma das dimensões estabelecidas entre o homem e a natureza, vem sendo vinculada e estabelecida por outras atividades. A expansão das unidades familiares pluriativas é um exemplo claro dessa mudança estrutural, onde parte dos membros dessas famílias passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, dentro ou fora da propriedade rural. Esse tipo de organização do trabalho familiar é denominado, por Schneider (2003b, p. 100), de pluriatividade.

Um fato relevante para o meio rural brasileiro foi o surgimento do Projeto Rurbano⁷, em 1997, que buscou avaliar, do ponto de vista da ocupação da população rural, o impacto das atividades e rendas não-agrícolas para as famílias rurais brasileiras, balizada pela questão da pluriatividade (ANJOS; CALDAS; COSTA, 2006).

A pluriatividade foi identificada nas explorações familiares como fator de resistência a sua própria extinção devido às pressões impostas pelos mercados na busca por eficiência e pela profissionalização, na maioria dos setores produtivos (ANJOS; CALDAS; COSTA, 2006).

⁷ Projeto temático denominado *Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981-95* que conta com financiamento parcial da FAPESP e PRONEX-CNPq, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em 11 unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF).

Percebe-se, neste contexto, que a pluriatividade foi utilizada inicialmente como estratégia de sobrevivência, ou seja, um caminho adotado pelos membros das famílias para evitarem abandonar a agricultura, buscando outra atividade no meio rural, em geral não-agrícola.

Anjos (2001) relata que o estabelecimento rural tipicamente pluriativo é tanto aquele que não é capaz de ocupar plenamente a sua força de trabalho, como também as situações em que a renda do estabelecimento é igualmente alimentado por fontes de ingresso econômico extra agrícolas, sejam estas provenientes da venda externa da força de trabalho ou mediante iniciativas realizadas no interior das explorações que pouco ou nada têm a ver com as atividades agrícolas.

Segundo Schneider (2007, p. 21), “à medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a se elevar, a adquirir maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar”.

O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO revelou em seus estudos que “quanto mais elevado é o nível de renda dos agricultores familiares, maior é o percentual de estabelecimentos que utilizam força mecânica ou mecânica e animal nos trabalhos agrários” (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 57).

Neste sentido, fomentar a pluriatividade, por meio de medidas políticas que abordem as suas especificidades, conduzirá a um impacto positivo no desenvolvimento rural, na economia local e, no decorrer do tempo, na economia regional.

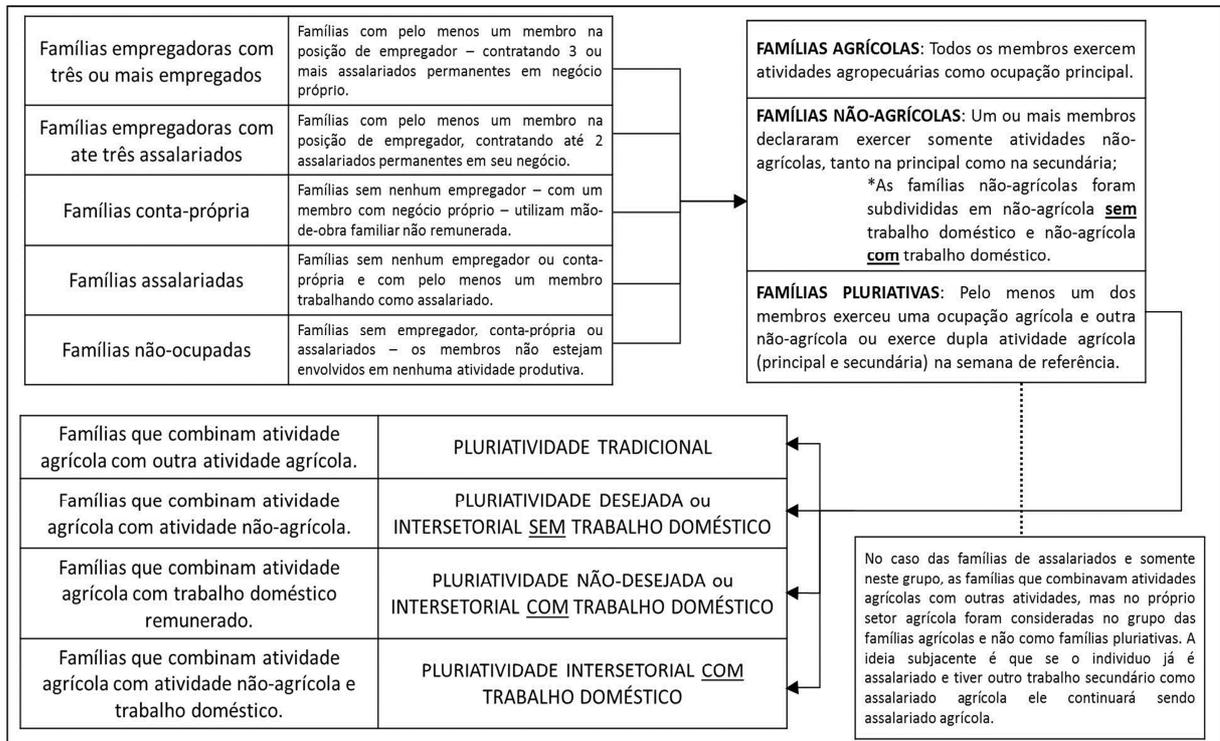
Por outro lado, segundo Leal (2004, p. 1), “a pluriatividade [...] pode ajudar a diminuir as diferenças nas condições de vida entre aqueles que vivem no campo e nas cidades, especialmente daquelas famílias que possuem pequenas explorações agrícolas”.

2.3.3 A Pluriatividade e a Tipologia das Famílias

Diante das características tipológicas apresentadas pela PNAD quanto à posição na ocupação e a atividade exercida pelas famílias da área rural, buscou-se trabalhar com uma classificação capaz de auxiliar a análise dos dados daquela pesquisa.

Por este motivo, utilizou-se a classificação das famílias em conformidade com a posição na ocupação, elaborado por Leal (2004), a qual agrupou cinco tipos de famílias presentes nas tabulações da PNAD, levando-se em consideração o estudo de Nascimento (2002), que apresentou uma nova tipologia de famílias, correspondendo a uma combinação específica de atividades, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia das Famílias conforme a Posição na Ocupação e Atividade Exercida



Fonte: Leal (2004, p. 30).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para garantir a consecução deste trabalho, adotaram-se os procedimentos metodológicos descritos a seguir:

3.1 Fonte de dados da pesquisa

Para a realização deste trabalho, utilizaram-se, como fonte de dados, as tabulações do Censo Agropecuário de 2006 e, principalmente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ambas desenvolvidas pelo IBGE.

O IBGE realiza decenalmente o Censo Agropecuário, sendo que o último ocorreu em 2006. Os censos se diferem de outras pesquisas por considerar toda a população e não apenas uma amostragem. Este último censo apresenta dados, levando-se em consideração a nova conceituação de agricultura familiar, definida pela Lei nº 11.326/2006.

A PNAD é realizada anualmente pelo IBGE, com exceção dos anos em que se realiza o Censo Demográfico, e a coleta de informações é realizada no último trimestre de cada ano, mais especificamente no último dia da última semana do mês de setembro. As suas informações foram relevantes para o estudo, pois possibilitou a identificação da evolução das rendas da área rural roraimense, bem como as suas características, e sua posterior comparação com a evolução do PIB Estadual.

3.1.1 Sobre o Censo Agropecuário

De modo geral, o Censo serve para que as pessoas possam conhecer melhor o seu país, estados e municípios. O Censo Agropecuário, por sua vez, possibilita o conhecimento de uma série de informações oficiais importante para as políticas públicas de desenvolvimento rural: Quantos são? Onde estão? Como e o que produzem os agricultores familiares no país? (IBGE, 2006).

Pode-se afirmar que a importância da agricultura familiar, no Brasil, é avaliada por meio do Censo Agropecuário, ao qual fornece uma variedade de informações acerca da sua situação no decorrer desse novo milênio.

Até a edição do Censo de 1996, havia-se a necessidade de um tratamento especial dos dados primários para se verificar a situação em que se encontrava a agricultura familiar no Brasil, pois, não se levava em consideração a agricultura familiar como categoria

socioeconômica particular. As suas tabulações não permitiam separar a agricultura familiar da agricultura patronal (GUANZIROLI *et al*, 2009).

O Censo Agropecuário de 2006 veio possibilitar o dimensionamento da agricultura familiar, a partir de uma delimitação conceitual categorizada, atendendo ao enunciado legal da Lei nº 11.326/2006, que permitiu a sua inserção nas estatísticas oficiais do país (IBGE, 2006).

No Brasil, as atividades agropecuárias foram objeto de levantamento censitário pela primeira vez em 1920, juntamente com os Censos Econômicos. A pesquisa levantou dados de estoque, pessoal ocupado, maquinaria e produção e movimento de animais (compra, venda e abate). Os Censos Econômicos fizeram parte do Recenseamento Geral de 1920, realizado pela Diretoria Geral de Estatística. Nessa época, o IBGE ainda não existia. Ele só foi criado em 1936 (IBGE, 2013).

O termo Agropecuária significa atividades ligadas à agricultura e à pecuária, ou seja, ligadas à produção vegetal e à criação animal, respectivamente. No Censo Agropecuário, o IBGE registra e quantifica, através das perguntas sobre pecuária, as utilidades de cada tipo de animal, bem como registra e quantifica a produção de ovos de galinha e de outras aves, a produção de leite de vaca (e também de búfala e de cabra), de mel de abelha e própolis, de lã, de seda, entre outros, e, ainda, a utilização de animais para transporte e produção de carne.

Por outro lado, o IBGE registra e quantifica a produção vegetal, apesar de ser uma atividade muito variada, pois inclui a produção de espécies florestais (silvicultura), a extração vegetal, a lavoura permanente e a temporária, e a horticultura. Na lavoura temporária, por exemplo, tem-se o caso do feijão, do milho, da abóbora, que depois de colhido o produto, é preciso plantar outra vez para ter uma nova produção. Na lavoura permanente, é só continuar colhendo, como é o caso das frutas que dão em árvore, como laranja, banana, goiaba, manga. Também, tem-se a horticultura, que é um tipo de lavoura temporária, só que mais específica. O seu ciclo de plantação é menor que as lavouras temporárias normais. Nela se inclui as verduras e os legumes.

A pesquisa do Censo Agropecuário também abrange a agroindústria rural, que é a atividade de beneficiamento ou transformação de um produto a partir de uma matéria-prima, como é o caso, por exemplo, de alguns estabelecimentos rurais que produzem queijo, farinha de mandioca, linguiça, biscoitos, pães, beneficiam arroz, e outros.

Neste estudo, a utilização das informações coletadas pelo censo serviu de subsídio para caracterizar a agricultura familiar na Região Norte e, principalmente, no Estado de Roraima, ao qual viabilizou a pesquisa no sentido de atender aos seus objetivos.

Convém ressaltar que os termos utilizados na pesquisa do Censo Agropecuário de 2006 estão disponibilizados no APÊNDICE A, no final do trabalho, como forma de indicar o seu significado e facilitar a identificação das informações utilizadas neste trabalho.

3.1.2 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A PNAD é uma pesquisa, como o próprio nome revela, que é realizada por amostra, isto é, somente algumas famílias são entrevistadas. Contudo, convém ressaltar que essa amostra recebe um rigoroso tratamento estatístico de modo a garantir a representatividade de toda a sua população.

Trata-se de uma pesquisa com múltiplos propósitos, que objetiva apresentar informações de caráter permanente, tais como: aspectos ligados à educação, trabalho, rendimentos e habitação; e outras com periodicidade variável como as de migração, fecundidade, nupcialidade, saúde e nutrição. Ainda podem ser incluídas outras informações no sistema, conforme a necessidade do país.

A PNAD foi criada no segundo trimestre de 1967 e teve sua abrangência geográfica ampliada gradativamente. A única restrição encontrada, até pouco tempo, era que as áreas rurais da Região Norte, compreendendo os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, não eram pesquisadas em função da dificuldade de deslocamento. Contudo, desde 2004 a pesquisa vem sendo realizada sem restrições em todo país (IBGE, 2010).

3.1.3 A base de dados da PNAD

Conforme exposto, a PNAD é uma pesquisa com múltiplos propósitos, entretanto, buscou-se trabalhar com os dados que estavam associados aos objetivos deste trabalho. A PNAD apresenta várias informações relevantes para o estudo, tais como:

- **Classificação de Atividades:** As atividades são classificadas utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar – CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE para as pesquisas domiciliares;
- **Posição na ocupação:** Nesta categoria, foram definidas oito categorias de posição na ocupação: Empregado; Trabalhador doméstico; Conta-própria; Empregador; Trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar; Outro trabalhador

não-remunerado; Trabalhador na produção para o próprio consumo; e Trabalhador na construção para o próprio uso;

- **Rendimento mensal de trabalho:** A PNAD considera como rendimento mensal de trabalho para (a) os empregados, a remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito, trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de setembro do ano da pesquisa, e, para (b) os empregadores e contas-próprias, a retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de setembro do ano da pesquisa;
- **Rendimento mensal de outras fontes:** Nesta categoria, a PNAD assimilou na sua pesquisa todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade e considerou como rendimento mensal de outras fontes (a) o rendimento mensal, em setembro do ano da pesquisa, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, etc.; doação ou mesada (proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar); programa oficial de auxílio-educacional (como o bolsa-escola) ou social (renda mínima e outros); e (b) o rendimento médio mensal, em setembro do ano da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos, etc.); parceria; etc.

Para facilitar a identificação das informações utilizadas neste trabalho, outros termos metodológicos, referentes à PNAD, encontram-se no APÊNDICE B, no final do trabalho.

Convém ressaltar também que as informações da PNAD são divulgadas a nível nacional, necessitando identificar os dados da unidade da federação desejada. E que essa classificação, urbano e rural, tende a sofrer mudanças em sua definição por ocasião da realização do Censo Demográfico.

Por fim, destaca-se ainda que a PNAD sofreu uma revisão no ano de 2008, onde foi procedida uma reponderação nos seus dados populacionais, incluindo a tendência 2000-2010 e outra em 2013, revisando a tendência 2010-2013.

3.1.4 Plano de amostragem da PNAD

Por se tratar de uma pesquisa por amostragem, os resultados da PNAD são apurados por meio de uma amostra probabilística de domicílios, que é obtida em três estágios de seleção: unidades primárias – municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

A partir da data de referência do Censo Demográfico de 2010, a PNAD passou a adotar a divisão territorial e a malha setorial para selecionar as unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários).

No primeiro estágio, as unidades (municípios) são classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passam por um processo de estratificação e, em cada estrato, são selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente que foi obtida através do Censo Demográfico de 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) são selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico de 2010 como medida de tamanho.

Já no terceiro estágio, são selecionadas, com equiprobabilidade⁸, em cada setor censitário da amostra, as unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos) para investigação das características dos moradores e da habitação.

A partir do ano de 2004, a PNAD passou a incluir as áreas rurais do estado de Roraima e dos demais estados da Região Norte nas suas pesquisas. Essa efetivação seguiu a mesma metodologia, partindo dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção, ou seja, os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Como para alguns municípios a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

⁸ Igual a probabilidade de ocorrência.

3.2 A região de estudo

No Estado de Roraima, existe uma carência de informações sobre as características da produção agrícola das famílias rurais. Percebe-se a existência de informações que, por vezes, são desconstruídas, isto é, há informações coletadas por órgãos da administração pública estadual e nacional que, quando confrontados, apresentam dados divergentes. No entanto, mesmo tendo informações divergentes, elas não são suficientes para identificar que atividades no meio rural são mais predominantes, se as atividades agrícolas ou as não-agrícolas, ou mesmo se as famílias combinam as atividades com outras fora da unidade de produção.

Diante disso, julgou-se relevante identificar e analisar o comportamento das famílias do ponto de vista do subconjunto estadual e das diferentes estratégias familiares em relação às combinações de atividades utilizadas na unidade de produção.

3.3 Enquadramento metodológico

Para a consecução deste estudo, foi realizada uma pesquisa documental para a identificação e caracterização dos tipos de famílias rurais no estado de Roraima, utilizando dados secundários provenientes das tabulações do IBGE.

Segundo Gil (2002, p. 46), “o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica”, porém, “as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”, onde existem documentos que não receberam qualquer tratamento analítico e, por isso, são considerados como fonte primária de dados.

Mediante o uso da técnica de análise de conteúdo, buscou-se fazer inferências para identificar as características das famílias rurais e classificá-las em conformidade com os conceitos adotados no âmbito da pesquisa rural.

Para Bardin (2008), a análise de conteúdo é um método de efetuar uma exploração total e objetiva dos dados informativos, de tal forma que se obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo).

Para se proceder com a análise, os dados foram exibidos em uma matriz para facilitar a sua interpretação, pois, de acordo com Miles e Huberman (1994), gerar formatos de visualização de dados qualitativos acaba por ser bastante fácil e agradável (tradução livre).

Para finalizar o trabalho, a pesquisa foi complementada por uma análise entre a evolução do PIB Estadual e a evolução das rendas das famílias do rural roraimense, ao qual se

buscou verificar a contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para o crescimento Produto Interno Bruto do estado de Roraima.

Nesse sentido, o estudo foi classificado, quanto à lógica da pesquisa, como hipotético-dedutivo, pois, parte de uma amostra específica para caracterizar a população como um todo, ou seja, parte de uma amostra – PNAD – para subsidiar a identificação das particularidades da agricultura familiar no estado de Roraima, ou seja, no geral.

Kaplan (1972, p. 12) nos ensina que, no método hipotético-dedutivo, “o cientista, através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado”, o que possibilita deduzir as consequências e, posteriormente, contestar alguns postulados ou mesmo substituí-los por outros, se for o caso.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma metodologia mista, pois, pretendeu-se analisar os dados segundo a abordagem qualitativa, quando se utiliza da técnica de análise de conteúdo para identificar as características das famílias no campo, bem como analisar os dados com procedimentos da abordagem quantitativa, como é o caso do emprego de tratamentos estatísticos para se definir a contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas em relação à evolução do PIB Estadual.

De acordo com os procedimentos adotados, trata-se de uma pesquisa descritiva, na forma de um estudo analítico, cujo horizonte de tempo sugere tratar-se de um estudo de coorte (ou longitudinal), pois, buscou-se trabalhar a partir do conceito de agricultura familiar apresentada na Lei nº 11.326/2006, que possibilitou categorizá-la para efeitos das estatísticas oficiais do governo.

Na visão de Gil (2007, p. 44), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O autor ainda revela que estas pesquisas, dependendo dos seus objetivos, podem ir além dos seus limites científicos e acabam por proporcionar uma nova visão do problema, aproximando-se, por exemplo, das pesquisas exploratórias (GIL, 2007).

Complementarmente, Richardson *et al* (2007) argumentam que “o estudo de coortes analisa uma mesma população específica cada vez que se coleta a informação, ainda que as amostras sejam diferentes”.

Collis e Hussey (2005, p. 70) argumentam também que um estudo longitudinal “trata-se de um estudo, ao longo do tempo, de uma variável ou de um grupo de sujeitos. O objetivo é

pesquisar a dinâmica do problema investigando a mesma situação ou pessoas várias vezes, ou continuamente, durante o período em que o problema acontece”.

3.4 Caracterização dos dados para a análise

Tendo em vista uma melhor compreensão dos resultados deste estudo, convém ressaltar sobre a necessidade de evidenciar algumas definições e características dos dados analisados, conforme segue:

3.4.1 Definição de Rural e Urbano utilizada pelo IBGE

A partir do Censo Demográfico de 1991, o IBGE introduziu outras definições de unidades territoriais, as quais resultaram em oito subníveis de agregação. Até, então, as definições de domicílio estavam delimitadas aos perímetros urbanos das cidades para determinar a situação do domicílio (LEAL, 2004).

Para orientar a análise dos dados, buscou-se trabalhar com os agrupamentos das áreas conforme os grupos de domicílios demonstrados no Quadro 2.

Quadro 2 – Definições de Domicílios na Classificação do IBGE

Definições de Rural e Urbano do IBGE		
1	Urbano-exclusivo	Áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios.
2	Urbanas não-urbanizadas	Áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva organização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas.
3	Urbano-isoladas	Englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.
4	Rural extensão-urbana	Áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano no município.
5	Rural-povoado	Aglomerções existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída.
6	Rural-núcleo	Aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados.
7	Rural-outro	Aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário.
8	Rural-exclusivo	Áreas que não atendam a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como área rural propriamente dita.

Fonte: Adaptado de Leal (2004, p. 25).

Leal (2004) nos ensina ainda que a descrição dos resultados da PNAD pode ser aprimorada quanto à situação do domicílio, associando-o ao tipo de município onde foi realizada a amostra. Dessa forma, pode-se agrupá-los em Metropolitano e Não-Metropolitano, onde o primeiro representa o conjunto de municípios de uma região metropolitana constituída legalmente, e o segundo representa o conjunto de grandes e pequenos municípios no interior do estado, aos quais não constituem regiões metropolitanas.

3.4.2 A Classificação de Trabalho segundo a PNAD

Como exposto, as pesquisas da PNAD trabalham com muitas variáveis, tais como: idade, local de nascimento, escolaridade, número de filhos, entre outras informações. A coleta dessas informações leva em consideração todos os residentes do domicílio, onde são feitas as indagações dessas variáveis, inclusive sobre o trabalho das pessoas residentes.

A pesquisa é aplicada tomando como referência o mês de setembro, ou seja, as perguntas são direcionadas ao entrevistado para relatar sobre os acontecimentos deste mês, mais especificamente à sua última semana, e ainda, se possível, ao dia 30 de setembro.

Quanto às questões sobre o trabalho, o entrevistador da PNAD busca indagar se todas as pessoas do domicílio exerceram alguma atividade de, pelo menos, uma hora na semana, seja em negócio próprio ou como empregado, seja na construção ou na produção de itens de uso ou de consumo familiar.

Se for verificado que a pessoa realizou algum tipo de trabalho ou atividade remunerada no período pesquisado (última semana de setembro), o entrevistador realiza uma série de questionamentos sobre o desempenho daquela atividade, como, por exemplo, qual foi a ocupação no trabalho, o ramo de atividade deste trabalho, o número de horas gasto na atividade, a renda obtida, entre outras.

3.5 Tabulação e tratamento dos dados utilizados no estudo

A tabulação dos dados foi realizada utilizando-se o programa Microsoft® Excel® 2010 (versão 14.0.4756.1000) do pacote de programas Microsoft Office Professional Plus 2010 (versão 14.0.4760.1000) para efetuar a sua apresentação e a utilização de Estatística Descritiva, apresentando os dados na forma de percentagens.

Na análise dos dados, buscou-se, por meio dos indicadores de renda, a identificação matemática da existência da relação de causalidade em relação ao PIB Estadual, aplicando-se a técnica estatística denominada **análise de regressão**.

Para efetuar os cálculos estatísticos, foi utilizado o *software* estatístico *Statistical Package for Social Sciences – SPSS 13.0 for Windows*, licenciado pela empresa *Apache Software Foundation*, para auxiliar no cálculo e na análise dos dados.

Existem vários outros *softwares* em Estatística, inclusive de utilização livre, que permitem usar e aperfeiçoar os mais modernos métodos de Estatística. Contudo, foi escolhido o SPSS pela sua facilidade de uso e a sua forma parecida com as planilhas eletrônicas, familiares a um grande número de pessoas.

As técnicas estatísticas utilizadas foram: correlação linear, regressão múltipla, regressão linear, análise de variância (ANOVA), bem como a análise do gráfico de dispersão das variáveis em relação à reta normal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, buscou-se caracterizar a Agricultura Familiar no Brasil e no estado de Roraima, a partir dos dados coletados no Censo Agropecuário de 2006, como forma de atender aos objetivos do estudo, bem como entender a sua representatividade local e nacional.

Buscou-se, ainda, nesta seção, expor os dados do estudo em gráficos e tabelas, juntamente com suas interpretações para subsidiar as considerações e conclusões do estudo.

4.1 Caracterização da Agricultura Familiar a partir do Censo Agropecuário de 2006

A categorização conceitual da agricultura familiar, pela Lei nº 11.326/2006, permitiu a sua inserção nas estatísticas oficiais do país. A partir de então, o Censo identificou mais de 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, ocupando cerca de 80,3 milhões de hectares da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, equivalente a 24,3% de toda a área (IBGE, 2006).

Apesar dos números expressivos para a agricultura familiar, ainda se percebe uma concentração na estrutura agrária do país, pois os estabelecimentos não-familiares representavam apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, mas possuíam 75,7% da área ocupada, representando aproximadamente uma área de 309,2 hectares contra 18,4 hectares de área média dos estabelecimentos familiares (ver ANEXO A).

As lavouras ocupavam 22% da área destinada à agricultura familiar no Brasil, 45% eram destinados às pastagens e o restante (28%) era ocupado por matas, florestas ou sistemas agroflorestais (ver ANEXO A), ressaltando-se que a área de preservação permanente ou reserva legal é, em média, de 10% nos estabelecimentos familiares e de 13% para as áreas de matas e florestas naturais (IBGE, 2006).

Em relação às terras, o Censo identificou que 74,7% dos produtores familiares tinham acesso às terras na condição de proprietários, representando 3,2 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares (ver Tabela 1.3 – ANEXO B).

Por outro lado, uma novidade apresentada no Censo de 2006 foi a identificação de produtores sem área, totalizando mais de 255 mil produtores, onde 95,0% são de agricultores familiares que exploravam atividades extrativistas, de produção de mel ou de produtores que utilizavam áreas temporárias (ver Tabela 1.3 – ANEXO B).

Verificou-se que 62,2% dos produtores familiares possuem 10 anos ou mais de experiência na direção dos trabalhos do estabelecimento agrícola, sendo que 14,5% destes

estabelecimentos são dirigidos por mulheres. Na agricultura não-familiar, esta participação é inferior, chegando a 7,5%, nesta mesma categoria (ver Tabela 1.4 – ANEXO B).

Registrou-se, em 2006, que mais de 11,4 milhões de pessoas com 14 anos, ou mais, estão ocupadas na agricultura familiar, representando 68,9% de toda mão de obra ocupada na agricultura. Verificou-se ainda que 7,4% das pessoas ocupadas na agricultura familiar possuíam menos de 14 anos de idade e que 32,8% das pessoas ocupadas com 14 anos, ou mais, são do sexo feminino (ver Tabela 1.5 – ANEXO B).

Os dados do Censo ainda demonstram que 80,9% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos da agricultura familiar residiam no próprio estabelecimento. Verificou-se também que 63,3% dessas pessoas sabiam ler e escrever, caracterizando um avanço na educação para a agricultura familiar. Por outro lado, revelou um número elevado de pessoas que declararam não saber ler e escrever, totalizando pouco mais de 4 milhões de pessoas (ver Tabela 1.6 – ANEXO C).

Outra preocupação é que apenas 2,4% das pessoas que sabiam ler e escrever possuíam qualificação profissional, representando pouco mais de 170 mil pessoas da agricultura familiar (ver Tabela 1.6 – ANEXO C).

A quantidade de pessoas ocupadas que recebiam salário representavam 2,8% e as pessoas ocupadas que trabalhavam somente em atividade não agropecuária representaram 1,4% do total de pessoas ocupadas na agricultura familiar (ver Tabela 1.6 – ANEXO C).

Uma característica da presença da pluriatividade na agricultura familiar do nosso país é evidenciada pela declaração em que os produtores afirmam ter atividades fora do estabelecimento, onde 47,1% dos produtores familiares declararam exercer atividades não agropecuárias, representando 525 mil pessoas de um total de, aproximadamente, 1,114 milhão (ver Tabela 1.7 – ANEXO C).

Em relação às receitas provenientes da produção dos estabelecimentos, pode-se afirmar que mais de um terço, ou seja, 33,9% das receitas foram geradas pela agricultura familiar (ver ANEXO D). Por outro lado, estes produtores representam 69,4% dos estabelecimentos de produtores familiares, ou seja, quase um terço dos agricultores familiares declarou não terem obtido receitas naquele ano (ver ANEXO D e a Tabela 1.1 – ANEXO A).

Outra informação relevante e que também se trata de uma característica de famílias pluriativas, é a declaração de que os produtores perceberam outras receitas além das obtidas no próprio estabelecimento, provenientes de aposentadorias ou pensões, salários advindos de outras atividades fora do estabelecimento e de doações voluntárias de parentes e amigos.

Estas receitas foram percebidas por 39,2% dos estabelecimentos da agricultura familiar (ver Tabela 1.9 do ANEXO E, combinada com a Tabela 1.1 do ANEXO A).

Ainda sobre as receitas provenientes da produção, verifica-se que 89,0% dos estabelecimentos da agricultura familiar declararam algum tipo de valor de produção (ver Tabela 1.10 do ANEXO E, combinada com a Tabela 1.1 do ANEXO A). No entanto, os valores declarados pela agricultura familiar representam 37,8% do valor total declarado pelos estabelecimentos (ver Tabela 1.10 – ANEXO E).

Verifica-se ainda que a principal fonte de receita foi originada da produção vegetal, a qual representou 71,6% do valor total da produção da agricultura familiar, totalizando pouco mais de 38,9 bilhões de reais (ver Tabela 1.10 – ANEXO E).

Acredita-se que a representatividade das receitas de produção da agricultura familiar possa ter sido influenciada pela quantidade de estabelecimentos que praticaram a obtenção de financiamento naquele ano, pois, aproximadamente 831 mil estabelecimentos familiares realizaram a captação de recursos para as mais variadas finalidades, são elas: 48,8% para custeio, 41,3% para investimento, 8,9% para a manutenção do estabelecimento e 1,0% para utilizar na comercialização (ver Tabela 1.11 – ANEXO F). Porém, foi registrado que, em torno de 50,1% dos produtores familiares que não obtiveram financiamento, declararam que “não precisou” captar recursos naquele ano (ver Tabela 1.12 – ANEXO F).

4.2 A Agricultura Familiar roraimense a partir do Censo Agropecuário de 2006

Em 2006, o estado de Roraima possuía 8.908 estabelecimentos de agricultura familiar, representando 2,2% dos estabelecimentos de produtores familiares da região Norte. Estes estabelecimentos ocupavam uma área de 637.963 hectares, representando 3,8% da área ocupada pela agricultura familiar na região Norte (ver ANEXO G).

Por outro lado, os estabelecimentos da agricultura familiar, em Roraima, representam 86,4% dos estabelecimentos agrícolas existentes no estado (ver ANEXO H), acima da média nacional (84,4%) registrada naquele ano (ver ANEXO G).

Quanto ao uso das terras no estabelecimento, verifica-se que 37,2% dos agricultores familiares utilizam a terra com área plantada com forrageiras para corte, 36,8% utilizam a terra com lavouras temporárias, 31,6% com lavouras permanentes e 0,1% com lavouras para cultivo de flores, viveiros de mudas, entre outras⁹ (ver ANEXO H).

⁹ Verificou-se que a soma dos estabelecimentos em relação a cada cultura é superior ao valor total apresentado no Censo de 2006, sugerindo que um produtor pode ter utilizado mais de uma cultura no seu estabelecimento.

Dentre estes estabelecimentos, 60,7% possuem pastagens plantadas em boas condições, 10,0% com pastagens plantadas degradadas e 9,9% com pastagens naturais. Outra característica é a de que 63,4% destes estabelecimentos possuem áreas com matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 35,2% com matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais) e apenas 0,3% com florestas plantadas com essências florestais. Ressalta-se ainda que 5,4% dos estabelecimentos utilizam algum tipo de sistema agroflorestal, ou seja, possuem áreas cultivadas com espécies florestais também usadas para lavouras e pastejo de animais (ver ANEXO H).

Outro fato relevante é que 23,0% dos estabelecimentos fizeram construções, benfeitorias ou construíram caminhos nas suas terras, 5,2% construíram tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura, 3,6% declararam possuir áreas de terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária, como pântanos, areais, pedreiras, entre outras, e 0,2% declararam possuir terras degradadas, do tipo erodidas, desertificadas, salinizadas, entre outras (ver ANEXO H).

A produção vegetal proveniente da agricultura familiar, em 2006, supera a produção não-familiar em quase todos os tipos de culturas. A agricultura não-familiar, no estado de Roraima, predomina na produção de arroz em casca e de soja (ver ANEXO I).

A Tabela 3, a seguir, apresenta a produção vegetal proveniente da agricultura familiar de Roraima no ano de 2006, onde se observa que foram produzidos 28,7 mil toneladas de produtos vegetais, representando uma produção no valor de 13,6 milhões de reais.

Tabela 3 – Produção Vegetal da Agricultura Familiar do Estado de Roraima – 2006

Tipo de Produção	Estabelecimentos		Qtde Produzida (kg)	Valor da Produção (R\$)
	Qtde	Repres.		
Arroz em casca	1.314	14,8%	10.738.728	5.104.588,00
Feijão preto	4	0,0%	5.540	5.595,00
Feijão de cor	73	0,8%	80.969	104.475,00
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar em grão	100	1,1%	123.509	134.469,00
Mandioca	892	10,0%	8.065.974	3.482.147,00
Milho em grão	1.287	14,4%	9.637.286	4.753.231,00
Café arábica em grão (verde)	67	0,8%	22.670	9.654,00
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)	15	0,2%	1.618	3.597,00
TOTAIS	3.752	-	28.676.294	13.597.756,00

Fonte: Adaptado de IBGE (2006, p. 68-69).

A produção animal proveniente da agricultura familiar, em 2006, praticamente supera a produção não-familiar em todos os tipos de produtos da pecuária. Apenas um produto, no estado de Roraima, o leite de cabra, é exclusividade da agricultura não-familiar, proveniente de um único estabelecimento (ver ANEXO I).

A Tabela 4, a seguir, apresenta a produção animal proveniente da agricultura familiar, no ano de 2006, onde se observa uma diversidade na produção familiar, característica própria da pluriatividade, presente também no estado de Roraima e representando 30,2% do valor total da produção vegetal no mesmo período (ver Tabela 3).

Tabela 4 – Produção Animal da Agricultura Familiar do Estado de Roraima – 2006

Tipo de Produção	Estabelecimentos		Nº de Cabeças em 31/12	Quantidade Produzida	Valor da Produção (R\$)
	Qtde	Repres.			
Bovinos	3.626	40,7%	176.639	-	-
Leite de vaca	484	5,4%	-	2.100.348 litros	1.737.215,00
Aves	4.569	51,3%	236.574	-	-
Ovos de galinha (Aves)	4.569	51,3%	-	97.308 dúzias	316.349,00
Suínos	1.412	15,9%	24.526	-	2.048.589,00
TOTAIS	-	-	437.739	-	4.102.153,00

Fonte: Adaptado de IBGE (2006, p. 69).

Em relação às terras, o Censo identificou que 86,1% dos produtores familiares tinham acesso às terras na condição de proprietários (ver Tabela 3.4.3 – ANEXO J), representando um nível superior à média nacional (74,7%) de proprietários (ver subseção 4.1).

Verificou-se, também, que 7,5% dos produtores familiares estão na condição de arrendatários, 6,0% são assentados sem a titulação definitiva das terras, 1,8% na condição de ocupante e 1,0% na condição de parceiro e 0,1% na condição de arrendatários do estabelecimento. Outro fato relevante é a identificação de 4,9% de produtores sem área (ver Tabela 3.4.3 – ANEXO J), bem inferior ao índice nacional que foi de 7,4% (ver Tabela 1.3 – ANEXO B).

Registrou-se, em 2006, uma participação predominantemente masculina na direção dos trabalhos dos estabelecimentos da agricultura familiar, sendo de 86,1% contra 13,9% de participação feminina (ver Tabela 3.4.4 – ANEXO J).

A participação masculina está caracterizada por 35,7% desses produtores com 10 anos ou mais na direção dos trabalhos, 29,1% com 5 a 10 anos na direção dos trabalhos, 28,2% com 1 a 5 anos na direção dos trabalhos e 7,1% com menos de 1 ano na direção dos trabalhos.

A participação das mulheres apresentaram características semelhantes: 32,8% de produtores com 10 anos ou mais na direção dos trabalhos, 28,9% com 5 a 10 anos na direção dos trabalhos, 32,0% com 1 a 5 anos na direção dos trabalhos e 6,3% com menos de 1 ano na direção dos trabalhos (ver Tabela 3.4.4 – ANEXO J).

Em relação às pessoas ocupadas nos estabelecimentos agrícolas, verificou-se que 84,5% de toda mão de obra ocupada na agricultura roraimense são da agricultura familiar (ver Tabela 3.4.5 – ANEXO J), o que representa um nível superior ao índice nacional que foi de 68,9% no mesmo período (ver subseção 3.6.1), evidenciando, desta forma, a relevância que a agricultura familiar possui para o estado de Roraima.

Na agricultura familiar, verifica-se ainda que 83,1% são de pessoas com 14 anos, ou mais, sendo composta por 66,7% de pessoas do sexo masculino e um terço do sexo feminino (ver Tabela 3.4.5 – ANEXO J).

O Censo demonstrou ainda que 85,2% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos da agricultura familiar residiam no próprio estabelecimento. Considerando apenas as pessoas com 14 anos, ou mais, esse nível é de 83,5% das pessoas ocupadas. Em ambos os casos, são níveis superiores ao resultado nacional (ver Tabela 3.4.6 – ANEXO J).

Verificou-se também que 47,6% dessas pessoas sabiam ler e escreve. Considerando apenas as pessoas com 14 anos, ou mais, o índice passa para 49,7% das pessoas, ou seja, mesmo assim o índice é inferior aos 63,3% do nível nacional (ver subseção 4.1), caracterizando uma preocupação na educação para a agricultura familiar roraimense. Inclusive, devido ao número elevado de pessoas que declararam não saber ler e escrever, totalizando 52,4% das pessoas (ver Tabela 3.4.6 – ANEXO J).

Outro fato relevante é que apenas 2,5% das pessoas que sabiam ler e escrever possuíam qualificação profissional, praticamente o mesmo índice apresentado nos dados nacionais (ver Tabela 3.4.6 – ANEXO J).

A quantidade de pessoas ocupadas que recebiam salário representavam 2,5% e as pessoas ocupadas que trabalhavam somente em atividade não agropecuária representaram 1,3% do total de pessoas ocupadas na agricultura familiar roraimense. Em ambos os casos, os índices são similares aos índices nacionais (ver Tabela 3.4.6 – ANEXO J).

O fato de haver pessoas que trabalhavam em atividades não agropecuárias evidencia a presença da pluriatividade na agricultura familiar roraimense. Outra evidência é a declaração de produtores que afirmaram exercer atividades fora do estabelecimento, representando 20,9% dos produtores familiares (ver Tabela 3.4.7 – ANEXO J).

Quanto às receitas provenientes da produção dos estabelecimentos, pode-se afirmar que pouco menos de um terço, ou seja, 30,2% das receitas foram geradas pela agricultura familiar (ver ANEXO K), representando um nível inferior ao índice gerado nacionalmente, que foi de 33,9% (ver subseção 4.1).

Por outro lado, 82,9% dos estabelecimentos que obtiveram receitas provenientes da produção são de produtores familiares (ver ANEXO K), evidenciando uma representatividade significativa e, por isso, sujeita a uma atenção maior por parte do estado, pois, o seu fortalecimento sugere um aumento no seu Produto Interno Bruto e, conseqüentemente, a sua contribuição para a elevação do crescimento econômico de Roraima.

Outra característica, quanto à presença da pluriatividade na agricultura familiar roraimense, está associada à declaração de que os produtores perceberam outras receitas além das obtidas no próprio estabelecimento, sendo estas provenientes de aposentadorias ou pensões, salários advindos de outras atividades fora do estabelecimento e de doações voluntárias de parentes e amigos. Estas receitas foram percebidas por 20,9% dos estabelecimentos da agricultura familiar do estado, sendo que 75,7% desses estabelecimentos receberam receitas provenientes de programas especiais dos governos Federal, Estadual ou Municipal, representando 14,6% do total das receitas obtidas (ver ANEXO L).

Em relação ao valor da produção dos estabelecimentos de Roraima, verifica-se que 55,6% dos estabelecimentos da agricultura familiar roraimense declararam algum tipo de valor de produção. No entanto, os valores declarados pela agricultura familiar representam 38,6% do valor total declarado pelos estabelecimentos (ver ANEXO M), pouco mais do que a média nacional (37,8% – ver subseção 4.1).

Verificou-se ainda que, assim como na média nacional, a principal fonte de receita da agricultura familiar roraimense foi originada da produção vegetal, representou 74,3% do valor total de sua produção (ver ANEXO M), superando o índice nacional que foi de 71,6% da agricultura familiar brasileira (ver subseção 4.1).

Apesar do nível de representatividade do valor da produção vegetal da agricultura familiar roraimense ter sido maior que o da média nacional, a sua contribuição para o valor total da produção do estado representa pouco mais de um terço, sendo que a agricultura não-familiar contribuiu com 61,4% do valor total da produção em 2006 (ver ANEXO M).

Acredita-se que a representatividade das receitas de produção da agricultura familiar roraimense poderia ser mais significativa se os produtores familiares tivessem mais acesso ao crédito, pois, a obtenção de financiamento pelos estabelecimentos familiares, naquele ano, foi bem inferior a media nacional. A captação desses recursos, separados por finalidades, foram

de: 4,8% para investimento, 1,0% para a manutenção do estabelecimento, 0,9% para custeio e 0,05% para utilizar na comercialização da produção (ver Tabela 3.4.11 – ANEXO N).

Corroborando com este fato, a declaração de que, dos 93,3% dos produtores familiares que declararam que não obtiveram financiamento, 54,2% apresentaram alguma justificativa pela sua não obtenção, são elas: 40% por causa da burocracia, 22,2% por medo de contrair dívidas, 5,0% por não saber como conseguir, 4,2% por falta de garantia pessoal, 3,0% por falta de pagamento do empréstimo anterior e 25,6% por outros motivos não declarados. Por outro lado, 45,8% declararam que não precisaram obter financiamento (ver Tabela 3.4.12 – ANEXO N).

4.3 Caracterização das Ocupações na Área Rural de Roraima

Embora não seja o objetivo deste estudo analisar detalhadamente o desenvolvimento agrário roraimense, nota-se que a modernização agrícola que ocorreu nos últimos anos, em Roraima, principalmente pela estabilidade econômica, transformou o estado em uma das mais importantes unidades da federação propensa à atividade agrícola, tanto na produção de alimentos como na de algumas matérias-primas, e este fato pode conduzir os processos agrários a uma situação de *status* dentro da economia do estado e corroborar para a elevação do seu crescimento econômico.

Ressalta-se que os efeitos do processo migratório, que vem ocorrendo no estado nos últimos tempos, vêm provocando a formação de novos polos urbanos regionais, embora não se verifique, em Roraima, a presença de grandes metrópoles urbanas do mesmo porte que o observado em outras unidades da federação ou mesmo da região Norte. Contudo, observa-se uma migração maior da área rural roraimense em relação à área urbana, principalmente, nos anos de 1950, 1960 e 1970. Apenas a partir dos anos de 1980 é que a população da área urbana de Roraima supera a da área rural (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Série temporal da população do Estado de Roraima, por situação de domicílio

População nos Censos Demográficos por situação do domicílio (Pessoas)							
Situação do domicílio	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	5.132	12.717	17.929	49.622	139.466	246.732	344.859
Rural	12.984	16.772	23.709	32.396	76.484	77.420	105.620
Total	18.116	29.489	41.638	82.018	215.950	324.152	450.479

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de vários anos.

Essa virada nos dados populacionais das áreas urbana e rural de Roraima pode vir a explicar a tendência da economia do estado pela dependência da Administração Pública, ou como é vulgarmente chamado de “economia do contracheque”.

Um aumento na população do estado demanda mais serviços públicos como segurança, educação, saúde, entre outros, bem como demanda de uma infraestrutura adequada a este crescimento populacional.

Observa-se, na Tabela 6, que a partir dos anos 1980 até 2010, a área urbana vem crescendo numa proporção superior a da área rural: 181,1% em 1991, 76,9% em 2000, e 39,8% em 2010, contra 136,1%, 1,2% e 36,4%, respectivamente, na área rural.

No acumulado do período, o crescimento da área urbana ficou na casa dos 6.620%, aproximadamente, enquanto o da área rural foi de 714%, aproximadamente (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Evolução da população do Estado de Roraima, por situação de domicílio

População nos Censos Demográficos por situação do domicílio							
Situação do domicílio	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
ÁREA URBANA							
Evolução – ano a ano	100,0%	147,8%	41,0%	176,8%	181,1%	76,9%	39,8%
Evolução – ano base	100,0%	147,8%	249,4%	866,9%	2617,6%	4707,7%	6619,8%
ÁREA RURAL							
Evolução – ano a ano	100,0%	29,2%	41,4%	36,6%	136,1%	1,2%	36,4%
Evolução – ano base	100,0%	29,2%	82,6%	149,5%	489,1%	496,3%	713,5%
Total	18.116	29.489	41.638	82.018	215.950	324.152	450.479

Fonte: Adaptado de IBGE – Censos Demográficos de vários anos.

Apesar da diferença desproporcional por ocasião dos números dos censos, acredita-se que o Estado de Roraima esteja caminhando para uma modernização agrícola crescente, o que necessitará cada vez menos de mão-de-obra, ou seja, poderá ocorrer uma progressiva diminuição da população rural do estado.

Tabela 7 – Representatividade da população do Brasil e do Estado de Roraima

População nos Censos Demográficos por situação do domicílio								
População (Percentual)								
Brasil e Unidade da Federação	Situação do domicílio	Ano						
		1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Urbana	36,2%	45,1%	56,0%	67,7%	75,5%	81,2%	84,4%
	Rural	63,8%	54,9%	44,0%	32,3%	24,5%	18,8%	15,6%
Roraima	Urbana	28,3%	43,1%	43,1%	60,5%	64,6%	76,1%	76,5%
	Rural	71,7%	56,9%	56,9%	39,5%	35,4%	23,9%	23,5%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de vários anos.

Um fato que chama a atenção é que, mesmo diminuindo a sua participação na população total do estado, a população rural roraimense é maior que aquela apresentada pelo conjunto do país em todo o período censitário (ver Tabela 7), representando um elemento importante relacionado às mudanças na estrutura ocupacional de Roraima (veja a seguir).

4.4 Caracterização das ocupações rurais em Roraima

Verificou-se, em Roraima, um contingente de 52.000 pessoas engajadas na atividade agrícola, no ano de 2006, o que equivale a 26,8% de sua população, representado a maioria da população com idade de 10 anos ou mais (ver Tabela 8). Em outras palavras, observa-se a relevância da atividade agrícola no início do período analisado, mas que, ao longo do tempo, essa representatividade vai decrescendo, apesar de uma leve elevação em 2011 (21%).

Tabela 8 – Representatividade das Ocupações Classificadas por Grupos de Atividade do Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade do trabalho principal (Mil pessoas)							
Grupamentos de atividade do trabalho principal	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Agrícola	52 26,8%	54 26,7%	33 16,7%	38 19,4%	47 21,0%	35 16,4%	35 16,4%
Indústria	16 8,2%	15 7,4%	12 6,1%	11 5,6%	12 5,4%	11 5,1%	12 5,6%
Indústria de transformação	13 6,7%	13 6,4%	11 5,6%	10 5,1%	9 4,0%	8 3,7%	9 4,2%
Construção	16 8,2%	12 5,9%	15 7,6%	17 8,7%	19 8,5%	19 8,9%	23 10,7%
Comércio e reparação	31 16,0%	35 17,3%	32 16,2%	31 15,8%	41 18,3%	40 18,7%	34 15,9%
Alojamento e alimentação	5 2,6%	4 2,0%	10 5,1%	6 3,1%	10 4,5%	9 4,2%	11 5,1%
Transporte, armazenagem e comunicação	8 4,1%	6 3,0%	4 2,0%	6 3,1%	8 3,6%	8 3,7%	9 4,2%
Administração pública	25 12,9%	24 11,9%	26 13,1%	25 12,8%	25 11,2%	28 13,1%	27 12,6%
Educação, saúde e serviços sociais	18 9,3%	19 9,4%	23 11,6%	28 14,3%	31 13,8%	31 14,5%	32 15,0%
Serviços domésticos	15 7,7%	14 6,9%	20 10,1%	18 9,2%	12 5,4%	10 4,7%	14 6,5%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8 4,1%	8 4,0%	6 3,0%	5 2,6%	5 2,2%	6 2,8%	6 2,8%
Outras atividades	0 0,0%	11 5,4%	16 8,1%	11 5,6%	14 6,3%	17 7,9%	10 4,7%
Atividades mal definidas	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%
Total	194	202	198	196	224	214	214

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Por outro lado, em 2013, apenas 16,4% da população desenvolveu a atividade agrícola como atividade laboral, representando aproximadamente 35.000 pessoas (ver Tabela 8). Percebe-se, neste contexto, uma queda de 32,7% em relação ao ano de 2006 e que apenas o ano de 2007 apresenta um crescimento de 3,8% em relação ao ano base (ver Tabela 9).

Tabela 9 – Evolução das ocupações classificadas por atividade – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade do trabalho principal (Mil pessoas)							
Grupamentos de atividade	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
AGRÍCOLA							
Valor Absoluto	52	54	33	38	47	35	35
Evolução – ano a ano	100,0%	3,8%	-38,9%	15,2%	23,7%	-25,5%	0,0%
Evolução – ano base	100,0%	3,8%	-36,5%	-26,9%	-9,6%	-32,7%	-32,7%
NÃO-AGRÍCOLA							
Valor Absoluto	142	148	165	158	177	179	179
Evolução – ano a ano	100,0%	4,2%	11,5%	-4,2%	12,0%	1,1%	0,0%
Evolução – ano base	100,0%	4,2%	16,2%	11,3%	24,6%	26,1%	26,1%
Total	194	202	198	196	224	214	214

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Tabela 10 – Representatividade da Posição na Ocupação no Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal (Mil pessoas)							
Posição na ocupação no trabalho principal	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Empregados	90 46,4%	103 51,0%	110 55,6%	112 57,1%	129 57,6%	134 62,6%	126 58,9%
Trabalhadores domésticos	15 7,7%	14 6,9%	20 10,1%	18 9,2%	12 5,4%	10 4,7%	14 6,5%
Empregadores	7 3,6%	6 3,0%	7 3,5%	4 2,0%	8 3,6%	8 3,7%	8 3,7%
Conta própria	49 25,3%	50 24,8%	47 23,7%	48 24,5%	47 21,0%	46 21,5%	55 25,7%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0 0,0%	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	13 6,7%	20 9,9%	5 2,5%	9 4,6%	13 5,8%	7 3,3%	9 4,2%
Não remunerados	19 9,8%	8 4,0%	8 4,0%	4 2,0%	14 6,3%	8 3,7%	3 1,4%
Total	194	202	198	196	224	214	214

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

A maioria das pessoas possui uma posição de Empregados como ocupação no trabalho principal, no decorrer de todo o período pesquisado. Apenas em 2006, essa categoria não representou a maioria absoluta. Nos demais anos, a representatividade passa dos 50%, chegando a 62,6% em 2012. A categoria de “Conta própria” apresenta-se em segundo lugar, com valores bem expressivos em relação às demais categorias (ver Tabela 10).

Analisando a Tabela 11, verifica-se, ainda, que a evolução da categoria “Empregados” passou a apresentar um crescimento maior a partir de 2011 (43,3%), chegando ao seu ápice em 2012 com crescimento de 48,9% em relação a 2006, e a categoria “Conta própria” apresentou o seu maior patamar em 2013 com crescimento de 12,2%, em relação a 2006, e um aumento de 19,6% em relação ao ano anterior (2012).

Tabela 11 – Evolução na Posição da Ocupação no Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal (Mil pessoas)								
Posição na ocupação no trabalho principal		Ano						
		2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Empregados	Valor Absoluto	90	103	110	112	129	134	126
	Evolução/ano a ano	100,0%	14,4%	6,8%	1,8%	15,2%	3,9%	-6,0%
	Evolução/ano base	100,0%	14,4%	22,2%	24,4%	43,3%	48,9%	40,0%
Trabalhadores domésticos	Valor Absoluto	15	14	20	18	12	10	14
	Evolução/ano a ano	100,0%	-6,7%	42,9%	-10,0%	-33,3%	-16,7%	40,0%
	Evolução/ano base	100,0%	-6,7%	33,3%	20,0%	-20,0%	-33,3%	-6,7%
Empregadores	Valor Absoluto	7	6	7	4	8	8	8
	Evolução/ano a ano	100,0%	-14,3%	16,7%	-42,9%	100,0%	0,0%	0,0%
	Evolução/ano base	100,0%	-14,3%	0,0%	-42,9%	14,3%	14,3%	14,3%
Conta própria	Valor Absoluto	49	50	47	48	47	46	55
	Evolução/ano a ano	100,0%	2,0%	-6,0%	2,1%	-2,1%	-2,1%	19,6%
	Evolução/ano base	100,0%	2,0%	-4,1%	-2,0%	-4,1%	-6,1%	12,2%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	Valor Absoluto	0	1	0	0	1	0	0
	Evolução/ano a ano	100,0%	-	-100,0%	-	-	-100,0%	-
	Evolução/ano base	100,0%	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Valor Absoluto	13	20	5	9	13	7	9
	Evolução/ano a ano	100,0%	53,8%	-75,0%	80,0%	44,4%	-46,2%	28,6%
	Evolução/ano base	100,0%	53,8%	-61,5%	-30,8%	0,0%	-46,2%	-30,8%
Não remunerados	Valor Absoluto	19	8	8	4	14	8	3
	Evolução/ano a ano	100,0%	-57,9%	0,0%	-50,0%	250,0%	-42,9%	-62,5%
	Evolução/ano base	100,0%	-57,9%	-57,9%	-78,9%	-26,3%	-57,9%	-84,2%
Total		194	202	198	196	224	214	214

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

No entanto, a categoria “Empregadores” apresenta a maior evolução no decorrer de todo o período analisado (14,3%), excluindo-se a categoria “Empregados” (ver Tabela 11).

Por outro lado, os valores que chamam a atenção são da categoria “Não remunerados”, que apresenta uma evolução de queda de 84,2% em relação a 2006.

Verifica-se na Tabela 12, que a procura por atividade laboral na área agrícola teve um ápice em 2007, com 21,1%, representado por aproximadamente 8.000 pessoas, em relação ao ano de 2006, com 14,3%, que representava 4.000 pessoas aproximadamente.

Tabela 12 – Representatividade da Atividade do Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que procuraram trabalho na semana de referência (Mil pessoas)							
Atividade do trabalho principal	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Agrícola	4 14,3%	8 21,1%	2 10,5%	4 16,7%	3 8,1%	1 4,0%	3 11,5%
Não-agrícola	24 85,7%	30 78,9%	17 89,5%	20 83,3%	34 91,9%	24 96,0%	23 88,5%
Total	28	38	19	24	37	25	26

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Em 2013, houve uma queda em relação ao início do período, apresentando um total de aproximadamente 3.000 pessoas, ou seja, uma representatividade de 11,5% do total das pessoas pesquisadas (Tabela 12). A evolução deste mesmo período apresentou uma queda de 25% na atividade agrícola e de apenas 4,2% na atividade não-agrícola (ver Tabela 13).

Tabela 13 – Evolução da Atividade do Trabalho Principal – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que procuraram trabalho na semana de referência (Mil pessoas)								
Atividade do trabalho principal		Ano						
		2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Agrícola	Valor Absoluto	4	8	2	4	3	1	3
	Evolução – ano a ano	100,0%	100,0%	-75,0%	100,0%	-25,0%	-66,7%	200,0%
	Evolução – ano base	100,0%	100,0%	-50,0%	0,0%	-25,0%	-75,0%	-25,0%
Não-agrícola	Valor Absoluto	24	30	17	20	34	24	23
	Evolução – ano a ano	100,0%	25,0%	-43,3%	17,6%	70,0%	-29,4%	-4,2%
	Evolução – ano base	100,0%	25,0%	-29,2%	-16,7%	41,7%	0,0%	-4,2%
Total		28	38	19	24	37	25	26

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

No meio rural roraimense, verifica-se uma tendência de queda em todo o período pesquisado, tanto nas pessoas economicamente ativas quanto às pessoas não economicamente ativas, conforme se observa na Tabela 14.

Tabela 14 – Representatividade da Condição de Atividade Classificada por Domicílio – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência (Mil pessoas)								
Situação do domicílio	Condição de Atividade	Ano						
		2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Urbana	Economicamente ativa	161 65,4%	167 65,2%	160 58,4%	181 60,5%	196 62,0%	195 59,3%	189 56,6%
	Não Economicamente ativa	85 34,6%	90 35,2%	113 41,2%	118 39,5%	120 38,0%	135 41,0%	145 43,4%
	Total	246	256	274	299	316	329	334
Rural	Economicamente ativa	58 76,3%	54 67,5%	54 63,5%	33 55,9%	45 76,3%	40 65,6%	42 62,7%
	Não Economicamente ativa	18 23,7%	26 32,5%	31 36,5%	26 44,1%	14 23,7%	21 34,4%	25 37,3%
	Total	76	80	85	59	59	61	67
Total	Economicamente ativa	220 68,3%	221 65,6%	214 59,8%	214 59,8%	241 64,1%	234 59,8%	230 57,4%
	Não Economicamente ativa	103 32,0%	116 34,4%	144 40,2%	144 40,2%	134 35,6%	156 39,9%	170 42,4%
	Total	322	337	358	358	376	391	401

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Essa tendência de queda na área rural é bem oposta a da área urbana de Roraima, pois, na Tabela 15, verifica-se uma queda de 27,6% nas pessoas economicamente ativas da área rural, no ano de 2013 em relação a 2006, enquanto na área urbana houve um acréscimo de 17,4%. Por outro lado, as pessoas não economicamente ativas da área rural teve um acréscimo de 38,9%, neste mesmo período, enquanto na área urbana o acréscimo foi de 70,6%.

Tabela 15 – Evolução da Condição de Atividade Classificada por Domicílio – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência (Mil pessoas)								
ÁREA URBANA		2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Economicamente ativa	Valor Absoluto	161	167	160	181	196	195	189
	Evolução/ano a ano	100,0%	3,7%	-4,2%	13,1%	8,3%	-0,5%	-3,1%
	Evolução/ano base	100,0%	3,7%	-0,6%	12,4%	21,7%	21,1%	17,4%
Não Economicamente ativa	Valor Absoluto	85	90	113	118	120	135	145
	Evolução/ano a ano	100,0%	5,9%	25,6%	4,4%	1,7%	12,5%	7,4%
	Evolução/ano base	100,0%	5,9%	32,9%	38,8%	41,2%	58,8%	70,6%
ÁREA RURAL		2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Economicamente ativa	Valor Absoluto	58	54	54	33	45	40	42
	Evolução/ano a ano	100,0%	-6,9%	0,0%	-38,9%	36,4%	-11,1%	5,0%
	Evolução/ano base	100,0%	-6,9%	-6,9%	-43,1%	-22,4%	-31,0%	-27,6%
Não Economicamente ativa	Valor Absoluto	18	26	31	26	14	21	25
	Evolução/ano a ano	100,0%	44,4%	19,2%	-16,1%	-46,2%	50,0%	19,0%
	Evolução/ano base	100,0%	44,4%	72,2%	44,4%	-22,2%	16,7%	38,9%
Total		322	337	358	358	376	391	401

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Ainda tomando como referência o período de 365 dias, ao qual leva em consideração o período de tempo entre o primeiro dia após a última semana de setembro do ano anterior e último dia da semana do ano da pesquisa, observa-se essa mesma tendência em relação às pessoas economicamente ativas e ocupadas na atividade agrícola, que contou com aproximadamente 52.000 pessoas em 2006, representando 25,6% da amostra, e foi decrescendo para 16,4%, em 2013, ao passo que as pessoas economicamente ativas e ocupadas em atividade não-agrícola representavam 74,4%, em 2006, passando para 83,6%, em 2013 (ver Tabela 16).

Tabela 16 – Pessoas Ocupadas no Período de Referência de 365 dias – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência (Mil pessoas)							
Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Economicamente ativas - ocupadas - em atividade agrícola	52	54	33	38	47	35	35
	25,6%	26,7%	16,7%	19,4%	21,0%	16,4%	16,4%
Economicamente ativas - ocupadas - em atividade não agrícola	151	148	164	158	177	179	179
	74,4%	73,3%	82,8%	80,6%	79,0%	83,6%	83,6%
Economicamente ativas - desocupadas	7	8	6	7	9	8	6
	3,3%	3,8%	3,0%	3,4%	3,9%	3,6%	2,7%
Não economicamente ativas	11	12	11	10	11	13	14
	5,0%	5,4%	5,1%	4,7%	4,5%	5,5%	6,0%
Economicamente ativas - ocupadas	203	202	198	196	224	214	214
Economicamente ativas	210	210	203	203	233	222	220
Total Geral	222	222	214	213	244	236	235

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Analisando-se a evolução desses dados principalmente em relação ao período-base, ou seja, o ano de 2006, verifica-se uma queda de 32,7% em relação às pessoas economicamente ativas e ocupadas na atividade agrícola, enquanto as pessoas em relação à atividade não-agrícola apresentaram um acréscimo de 18,5% em 2013 comparado a 2006 (ver Tabela 17).

Pode-se atribuir essa tendência à abertura comercial já presente na economia agrícola roraimense, onde se verifica a presença de grandes produtores de soja. Essa é uma questão que apresenta um novo desafio para a agricultura roraimense e, em particular, para o sistema familiar de produção, bastante predominante no estado, onde pode resultar numa ameaça crescente de expropriação por empresas especializadas em produção em grande escala daquelas atividades essenciais à sobrevivência dos agricultores familiares.

Tabela 17 – Evolução das Pessoas Ocupadas no Período de Referência de 365 dias – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência (Mil pessoas)							
Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Economicamente ativas - ocupadas - em atividade agrícola	52	54	33	38	47	35	35
	100,0%	3,8%	-38,9%	15,2%	23,7%	-25,5%	0,0%
	100,0%	3,8%	-36,5%	-26,9%	-9,6%	-32,7%	-32,7%
Economicamente ativas - ocupadas - em atividade não agrícola	151	148	164	158	177	179	179
	100,0%	-2,0%	10,8%	-3,7%	12,0%	1,1%	0,0%
	100,0%	-2,0%	8,6%	4,6%	17,2%	18,5%	18,5%
Economicamente ativas - desocupadas	7	8	6	7	9	8	6
	100,0%	14,3%	-25,0%	16,7%	28,6%	-11,1%	-25,0%
	100,0%	14,3%	-14,3%	0,0%	28,6%	14,3%	-14,3%
Não economicamente ativas	11	12	11	10	11	13	14
	100,0%	9,1%	-8,3%	-9,1%	10,0%	18,2%	7,7%
	100,0%	9,1%	0,0%	-9,1%	0,0%	18,2%	27,3%
Economicamente ativas - ocupadas	203	202	198	196	224	214	214
Economicamente ativas	210	210	203	203	233	222	220
Total Geral	222	222	214	213	244	236	235

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

4.5 Caracterização do Rendimento Mensal da Área Rural de Roraima

Inicialmente convém ressaltar que a análise da renda rural realizada a partir das tabulações da PNAD está sujeita a limitações de diversos tipos, que podem afetar mais diretamente as rendas variáveis de origem agrícola. Contudo, mesmo com essas limitações, as tabulações da PNAD ainda são as melhores fontes de informação de renda disponibilizada para consulta pública.

A Tabela 18 apresenta as classes de rendimento da área rural roraimense, onde se verifica que a maioria das pessoas ocupadas na atividade rural percebeu, em 2006, rendimentos inferiores a 1 salário mínimo (17,1%). No entanto, em 2007, a maioria dessas pessoas (22,5%) auferiu renda entre 1/2 e 1 salário mínimo, encerrando o período pesquisado no patamar de 22,4% (2013).

Tabela 18 – Representatividade das Classes de Rendimento da Área Rural – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal (Mil pessoas)							
Classes de rendimento mensal – Área Rural	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Até 1/2 salário mínimo	13 17,1%	13 16,3%	12 14,5%	10 11,8%	9 15,3%	8 13,1%	10 14,9%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	13 17,1%	18 22,5%	15 18,1%	17 20,0%	12 20,3%	12 19,7%	15 22,4%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	10 13,2%	11 13,8%	15 18,1%	15 17,6%	13 22,0%	10 16,4%	13 19,4%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2 2,6%	3 3,8%	5 6,0%	4 4,7%	4 6,8%	2 3,3%	3 4,5%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2 2,6%	1 1,3%	4 4,8%	4 4,7%	2 3,4%	2 3,3%	1 1,5%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1 1,3%	1 1,3%	1 1,2%	2 2,4%	1 1,7%	2 3,3%	1 1,5%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	1 1,6%	0 0,0%
Mais de 20 salários mínimos	0 0,0%						
Sem rendimento	30 39,5%	31 38,8%	32 38,6%	31 36,5%	18 30,5%	23 37,7%	23 34,3%
Sem declaração	5 6,6%	3 3,8%	0 0,0%	1 1,2%	1 1,7%	2 3,3%	1 1,5%
Total	76	80	83	85	59	61	67

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Um fato marcante, nesse levantamento, é a questão das pessoas que trabalharam sem receber qualquer tipo de rendimento, as quais possuem uma representatividade significativa da amostra. São aproximadamente 30.000 pessoas que trabalham sem auferir rendimentos, representando 39,5% das pessoas pesquisadas em 2006 (ver Tabela 18).

Este fato pode estar associado às pessoas que trabalham por conta própria e não são remuneradas ou que trabalham para o próprio uso ou consumo (ver Tabela 10).

Por outro lado, considerando apenas as pessoas economicamente ativas, a evolução das pessoas sem rendimentos sofre uma considerada queda na participação das pesquisas no decorrer do período. Em 2006, elas representam 29,3% das pessoas economicamente ativas e, em 2013, passam para 16,7% da amostra (ver Tabela 19).

Verifica-se também que a participação das pessoas economicamente ativas que receberam “Mais de 1/2 até 1 salário mínimo” aumentou para 28,6%, em 2013, sendo seguida de perto pelas que receberam “Mais de 1 até 2 salários mínimos”, com 26,2% (Tabela 19).

Tabela 19 – Representatividade das Classes de Rendimento das Pessoas Economicamente Ativas da Área Rural – Roraima (2006/2013)

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência (Mil pessoas)							
Classes de rendimento mensal – Área Rural	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Até 1/2 salário mínimo	10 17,2%	7 13,0%	5 10,2%	7 13,0%	7 15,6%	5 12,5%	6 14,3%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	11 19,0%	16 29,6%	14 28,6%	15 27,8%	10 22,2%	10 25,0%	12 28,6%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	10 17,2%	11 20,4%	14 28,6%	15 27,8%	12 26,7%	9 22,5%	11 26,2%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2 3,4%	3 5,6%	4 8,2%	4 7,4%	3 6,7%	2 5,0%	3 7,1%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2 3,4%	1 1,9%	4 8,2%	4 7,4%	2 4,4%	2 5,0%	1 2,4%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1 1,7%	1 1,9%	0 0,0%	1 1,9%	1 2,2%	2 5,0%	1 2,4%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,9%	0 0,0%	1 2,5%	0 0,0%
Mais de 20 salários mínimos	0 0,0%						
Sem rendimento	17 29,3%	13 24,1%	7 14,3%	7 13,0%	9 20,0%	8 20,0%	7 16,7%
Sem declaração	5 8,6%	3 5,6%	0 0,0%	1 1,9%	1 2,2%	2 5,0%	1 2,4%
Total	58	54	49	54	45	40	42

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

Analisando-se a renda média mensal por classe de rendimento segundo a situação domiciliar, descrita na Tabela 20, nota-se uma maior proximidade dos valores médios nas quatro primeiras classes, demonstrando um equilíbrio nas rendas da área urbana com as da área rural. Na classe de “Mais de 5 até 10 salários mínimos”, o rendimento médio mensal na área rural chega a ultrapassar ao rendimento da área urbana nos anos de 2007, 2008 e 2011. Nas demais classes, apenas em alguns anos do período pesquisado é que a área rural apresenta rendimento mensal que, em alguns casos, chega a ser superior ao da área urbana (Tabela 20).

Tabela 20 – Representatividade do Rendimento Médio Mensal das Pessoas Ocupadas Classificado por Domicílio – Roraima (2006/2013)

Valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)								
Classes de rendimento mensal	Domicílio	Ano						
		2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Até 1/2 salário mínimo	Urbana	97	115	148	142	155	212	216
	Rural	85	105	130	174	160	186	178
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Urbana	295	308	372	402	489	584	620
	Rural	308	304	367	385	456	554	566
Mais de 1 a 2 salários mínimos	Urbana	295	308	372	402	489	584	620
	Rural	512	521	541	607	735	892	930
Mais de 2 a 3 salários mínimos	Urbana	887	916	1.058	1.106	1.341	1.532	1.708
	Rural	935	865	1.030	1.149	1.322	1.468	1.588
Mais de 3 a 5 salários mínimos	Urbana	1.365	1.474	1.657	1.800	2.124	2.484	2.731
	Rural	1.374	1.450	1.601	1.840	2.133	2.228	2.625
Mais de 5 a 10 salários mínimos	Urbana	2.398	2.532	2.909	3.101	3.702	4.358	4.461
	Rural	2.190	3.056	3.500	2.983	3.887	3.903	4.059
Mais de 10 a 20 salários mínimos	Urbana	4.947	4.627	5.658	5.885	7.867	8.517	8.879
	Rural	0	0	0	5.708	0	9.367	10.000
Mais de 20 salários mínimos	Urbana	17.298	10.150	12.743	11.213	14.765	25.333	24.285
	Rural	0	0	30.000	0	11.850	0	15.000
Sem rendimento	Urbana	0	0	0	0	0	0	0
	Rural	0	0	0	0	0	0	0
Sem declaração	Urbana	0	0	0	0	0	0	0
	Rural	0	0	0	0	0	0	0
Total Médio	Urbana	783	717	891	1.004	1.391	1.424	1.569
	Rural	299	343	841	681	656	878	795

Fonte: Adaptado de IBGE – PNADs de vários anos.

4.6 Evolução do Produto Interno Bruto Estadual Roraimense

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado país, estado ou região, em valores monetários, durante um determinado período, geralmente um ano (MANKIW, 2001).

Nessa contagem, excluem-se todos os bens de consumo intermediário¹⁰, com o objetivo de se evitar uma dupla contagem, ou seja, quando os valores gerados na cadeia de produção aparecem contados duas vezes na soma do PIB.

Por fim, convém ressaltar que a criação do PIB ocorreu durante a década de 1990, a partir de uma necessidade crescente de informações socioeconômicas dos Estados para a formulação de políticas econômicas e consequente avaliação de resultados.

¹⁰ Consumo Intermediário é o valor dos bens e serviços utilizados como insumos (matéria-prima) no processo de produção, valorado ao preço do consumidor.

Tabela 21 – Produto Interno Bruto a Preços Correntes do Estado de Roraima e seus Municípios (2006/2013)

Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Mil Reais)								
Unidade da Federação e Municípios	Ano							
	2006	2007	2008	2009	2010*	2011*	2012*	2013*
Roraima	3.660.083	4.168.599	4.889.301	5.593.491	6.639.540	7.307.673	7.713.108	9.027.284
Amajari	42.594	52.787	60.781	71.195	76.963	93.587	104.117	121.596
Alto Alegre	117.747	112.616	129.986	142.005	135.075	148.235	153.454	183.242
Boa Vista	2.611.393	3.035.793	3.577.244	4.089.952	5.121.625	5.542.854	5.836.306	6.693.993
Bonfim	77.320	81.980	96.591	111.179	108.678	124.346	139.955	194.216
Cantá	89.684	96.322	118.012	146.134	124.817	148.495	153.575	185.461
Caracarái	117.213	128.365	144.187	170.911	174.554	206.099	222.321	262.852
Caroebe	49.705	57.880	66.980	77.340	74.020	83.819	93.596	125.747
Iracema	49.949	51.222	57.836	71.119	76.392	82.458	87.579	115.235
Mucajá	102.819	109.348	127.459	146.633	147.451	187.607	176.935	212.583
Normandia	62.381	65.719	77.571	74.637	74.501	82.363	86.712	101.997
Pacaraima	70.833	80.939	88.229	93.472	102.918	109.617	115.528	133.347
Rorainópolis	154.621	169.803	195.640	231.620	241.610	282.664	308.749	409.730
S. J. da Baliza	40.703	44.944	54.906	59.398	66.152	81.938	89.733	111.725
São Luiz	39.678	41.656	46.984	54.441	59.776	67.695	74.660	94.232
Uiramutã	33.444	39.225	46.895	53.456	55.008	65.898	69.888	81.329

Fonte: Dados de vários anos, publicados pela PNAD/IBGE.

Nota: (*) Os dados apresentados com referência atualizada no ano de 2010. Os dados do último ano disponível estarão sujeitos a revisão quando da próxima divulgação.

Diferentemente do PIB nacional, o PIB estadual é construído somente pela ótica da produção, isto é, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos diretos, menos os subsídios governamentais.

Tabela 22 – Comparação do PIB Nacional e Estadual a Preços Correntes (2006/2013)

Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Milhões de Reais)								
PIB Nacional e Estadual	Ano							
	2006	2007	2008	2009	2010*	2011*	2012*	2013*
Brasil	2.369.484	2.661.345	3.032.203	3.239.404	3.885.847	4.373.658	4.805.913	5.316.454
Roraima	3.660	4.169	4.889	5.593	6.640	7.308	7.713	9.027
Participação no PIB Nacional	0,15%	0,16%	0,16%	0,17%	0,17%	0,17%	0,16%	0,17%
Posição Nacional	27º							

Fonte: Dados de vários anos, publicados pela PNAD/IBGE e SEPLAN/RR (2010; 2011; 2012; 2013; 2014).

Nota: (*) Os dados apresentados com referência atualizada no ano de 2010. Os dados do último ano disponível estarão sujeitos a revisão quando da próxima divulgação.

O Produto Interno Bruto *per capita* é o PIB de um determinado país, estado ou região, dividido pela sua população total no período em referência.

O PIB *per capita* é uma medida do nível de bem-estar econômico de uma sociedade, pois informa qual seria a renda de cada habitante do país se o PIB fosse igualmente distribuído entre todos os habitantes. Dessa forma, quanto maior o PIB *per capita*, maior seria o nível de bem-estar econômico de um determinado país, estado ou região (MANKIW, 2001).

Tabela 23 – Produto Interno Bruto *per capita* do Estado de Roraima (2006/2013)

Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (Reais)								
PIB Nacional e Estadual	Ano							
	2006	2007	2008	2009*	2010*	2011*	2012**	2013***
Brasil	12.686,60	14.464,73	15.989,75	16.918	19.766	21.535	22.646	25.445,72
Roraima	9.074,35	10.534,08	11.844,73	13.270	14.052	15.106	15.577	18.495,80
Posição Nacional	13°	13°	14°	14°	14°	14°	14°	13°
Varição ao Ano Anterior	11,7%	16,1%	12,4%	12,0%	5,9%	7,5%	3,1%	18,7%

Fonte: Adaptado de SEPLAN/RR (2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014) e de IBGE (2014).

Nota: (*) Valores arredondados conforme divulgado no documento oficial.

(**) Dados extraídos e calculados a partir das Contas Regionais 2012 divulgadas pelo IBGE em 2014.

(***) Dados extraídos e calculados a partir das Contas Regionais 2013 divulgadas pelo IBGE em 2015.

4.7 Comparação do Rendimento das Pessoas por Tipo de Domicílio e o PIB Estadual

Tendo em vista que as tabulações da PNAD fornecem o rendimento mensal das pessoas ocupadas na área rural roraimense, buscou-se fazer uma comparação entre esse rendimento e o PIB Estadual *per capita* para identificar a contribuição dessas rendas em relação ao crescimento econômico do estado. Dessa forma, utilizaram-se os dados divulgados apenas das pessoas economicamente ativas, conforme se observa na Tabela 24.

Tabela 24 – Rendimento Médio Mensal das Pessoas Economicamente Ativas por Domicílio – Roraima (2006/2013)

Rendimento Mensal das Pessoas Economicamente Ativas Ocupadas por Domicílio (Mil pessoas)							
Domicílio	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Urbana	161	167	161	160	196	195	189
Rural	58	54	49	54	45	40	42
Total	220	221	209	214	241	234	230
Rendimento Médio Mensal das Pessoas Economicamente Ativas Ocupadas por Domicílio (Reais)							
Urbana	783	717	891	1.004	1.391	1.424	1.569
Rural	299	343	841	681	656	878	795
Total Médio	659	628	879	923	1.253	1.333	1.429

Fonte: Adaptado dos dados publicados pela PNAD/IBGE de vários anos.

A partir dos dados apresentados nas Tabelas 23 e 24, procedeu-se uma inferência estatística com a utilização do pacote estatístico *SPSS 13.0 for Windows* para analisar a evolução dos dados do PIB *per capita* em relação à evolução do rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas nos domicílios das áreas urbana e rural.

Para tanto, buscou-se identificar o efeito que a variável renda proporciona na variável PIB, ou seja, buscou-se identificar o quanto uma variável afetará a outra. Diante disso, a ferramenta mais adequada é a **análise de regressão linear**.

De acordo com Barbetta (2007, p. 267), “a análise de regressão é geralmente feita sob um referencial teórico que justifique a adoção de alguma relação matemática de causalidade”.

Em outros termos, está-se buscando confirmar, através de um tratamento estatístico dos dados, a existência de uma relação de causalidade, através de “argumentos lógicos e metodológicos que permitam atribuir as mudanças de uma variável a uma consequência das mudanças na outra” (BISQUERRA; SARRIERA; MARTÍNEZ, p. 153).

Em virtude da falta de dados da PNAD em 2010, pelos motivos já expostos neste estudo, foi suprimido o valor do PIB *per capita* deste mesmo ano, ou seja, a série temporal contou apenas com 7 (sete) dados para cada variável, de 2006 a 2013.

Inicialmente, realizaram-se os cálculos das correlações entre as variáveis para determinar o grau de significância entre as mesmas, servindo como um passo intermediário na análise dos dados. Complementarmente, para visualizar se as duas variáveis se apresentam correlacionadas, apresentou-se o **diagrama de dispersão**, no qual os valores das variáveis são representados por pontos dentro de um sistema cartesiano (ver Figuras 1 e 2).

Ressalta-se que a correlação é uma associação numérica entre duas variáveis, não implicando em uma relação de causa e efeito, ou mesmo a construção de uma estrutura com interesses práticos. A utilização dessa técnica serve para auxiliar na análise do problema em estudo (BARBETTA, 2007).

Para Bisquerra, Sarriera e Martínez (2004), a interpretação dos coeficientes ajuda a ter uma ideia da relação entre duas variáveis. Nesse sentido, o Quadro 3 oferece uma interpretação para os valores encontrados nas Figuras 1 e 2.

Quadro 3 – Interpretação dos Coeficientes de Correlação

Coeficiente	Interpretação
$r = 1$	Correlação perfeita
$0,80 < r < 1$	Muito alta
$0,60 < r < 0,80$	Alta
$0,40 < r < 0,60$	Moderada
$0,20 < r < 0,40$	Baixa
$0 < r < 0,20$	Muito baixa
$r = 0$	Nula
Obs.: Para os coeficientes negativos, a interpretação é idêntica.	

Fonte: Bisquerra, Sarriera e Martínez (2004, p. 147).

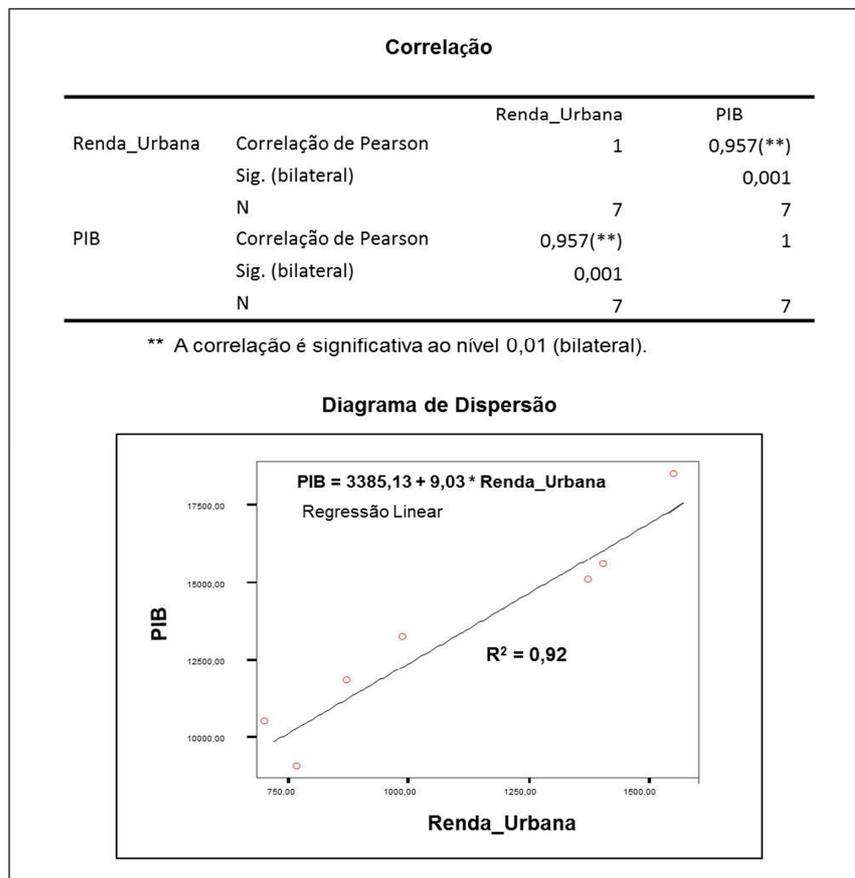
Diante disso, verifica-se na Figura 1 que a variável Renda Urbana possui uma correlação positiva em relação a variável PIB, onde apresenta um coeficiente de correlação de 0,957. Esse valor, de acordo com Barbetta (2007, p. 258), “será tão mais próximo de 1 (ou -1) quanto mais forte for a correlação nos dados observados”.

Corroborando com esta análise, verifica-se, no diagrama de dispersão, que os pontos estão em torno de uma linha, a qual foi calculada através de uma **regressão linear simples**, demonstrando uma situação de correlação positiva muito alta (reta ascendente).

O diagrama de dispersão, neste caso, é um elemento auxiliar para verificar se os dados sugerem uma relação linear, o que evidenciaria visualmente as suposições do teste de correlação (BARBERTTA, 2007).

Outro teste relevante é verificar o chamado **coeficiente de determinação**, que pode ser interpretado como uma medida descritiva da proporção da variação do PIB que pode ser explicada pela Renda Urbana. A partir da regressão linear simples, pode-se demonstrar matematicamente que o coeficiente de determinação R^2 (R-Quadrado) é o quadrado do coeficiente de correlação de Pearson, ao qual foi igual a 0,92.

Figura 1 – Correlação da Renda da Área Urbana em Relação do PIB *per capita*

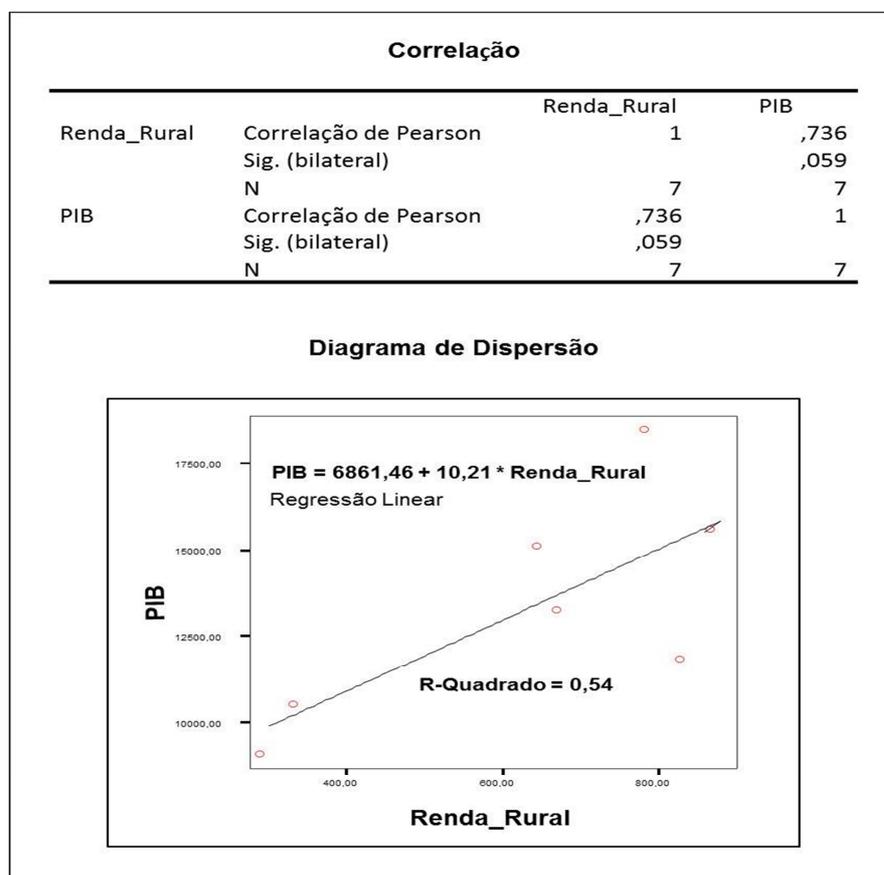


Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a variável Renda Rural em relação ao PIB, verifica-se que a mesma também possui uma correlação positiva, apresentando um coeficiente de 0,753 (ver Figura 2).

O seu diagrama de dispersão apresenta uma situação de correlação positiva (reta ascendente), contudo, os pontos em torno da reta estão mais dispersos do que os que foram apresentados na Figura 1, denotando uma correlação alta, mas inferior a da variável Renda Urbana. E o seu coeficiente de determinação R^2 (R-Quadrado) foi igual a 0,54.

Figura 2 – Correlação da Renda da Área Rural em Relação do PIB *per capita*



Fonte: Dados da pesquisa.

Em ambos os casos (Figuras 1 e 2), foram apresentadas a equação da reta de cada diagrama de dispersão. Nelas, podem-se fazer interpretações que, no momento, seriam equivocadas, pois as análises realizadas, até aqui, foram para testar o nível de correlação das variáveis independentes em relação à variável dependente.

Dessa forma, buscou-se fazer uma **regressão múltipla**, para analisar o comportamento das rendas, tanto na área urbana quanto na rural, em relação à evolução histórica do PIB Estadual *per capita*, identificando o quanto cada variável independente influencia o

comportamento da variável dependente, isto é, em que medida a Renda Urbana e a Renda Rural contribuem para o crescimento do PIB.

A Figura 3 apresenta os resultados da regressão múltipla efetuada simultaneamente nas três variáveis (Renda_Urbana, Renda_Rural e PIB).

Figura 3 – Regressão Linear Múltipla calculada pelo *SPSS 13.0 for Windows*

Variáveis Introduzidas/Eliminadas ^b					
Modelo	Variáveis Introduzidas		Variáveis Eliminadas	Método	
1	Renda_Urbana ^a	Renda_Rural ^a	-	Introduzir	
a. Todas as variáveis solicitadas introduzidas					
b. Variável dependente: PIB					

Resumo do Modelo				
Modelo	R	R Quadrado	R Quadrado Corrigido	Erro típico de Estimação
1	0,964 ^a	0,929	0,893	1058,69571
a. Variáveis preditoras: (Constante), Renda_Urbana, Renda_Rural				

ANOVA ^b						
Modelo		Soma dos Quadrados	gl	Média Quadrática	F	Sig.
1	Regressão	58492621	2	29246311	26,093	0,005 ^a
	Resíduos	4483346,4	4	1120836,6		
	Total	62975968	6			
a. Variáveis preditoras: (Constante), Renda_Urbana, Renda_Rural						
b. Variável dependente: PIB						

Coeficientes ^a						
Modelo	Coeficientes não - padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	
	B	Erro típico	Beta			
1	(Constante)	3125,543	1487,424		2,101	0,103
	Renda_Urbana	8,051	1,727	0,854	4,662	0,010
	Renda_Rural	2,091	2,541	0,151	0,823	0,457
a. Variável dependente: PIB						

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados demonstram, representados na saída por *R* (também conhecido como *R múltiplo*), que as variáveis apresentam uma correlação muito alta, com valor de 0,964. Essa correlação é importante, pois mostra a proximidade em que os pontos se agrupam em torno da linha, indicando uma melhor previsão através do modelo construído.

A medida de variância explicada, calculada através de R^2 (R-Quadrado), apresenta um valor em torno de 0,929. Em outros termos, 92,9% da variância no PIB podem ser explicadas pela variância nas rendas das pessoas economicamente ativas.

No entanto, o valor de R^2 tende a ser otimista devido à linha de melhor aderência ser baseada numa mostra. Por isso, para se fazer generalizações em relação à população, utiliza-se o R^2 Corrigido (ou Ajustado). Dessa forma, pode-se sugerir uma estimativa mais realista, de que 89,3% da variância no PIB podem ser explicadas pela variância nas rendas das pessoas economicamente ativas.

Verificou-se, ainda, através da análise de variância (ANOVA), o grau de influência das variáveis e a sua respectiva relevância dentro do modelo de predição que se quer construir a partir do cálculo dos coeficientes resultantes da análise de regressão.

Nesse caso, o teste F resultou um valor de 26,093 com correspondente valor de significância de 0,005. Como o valor é extremamente pequeno, o teste estatístico indica que as variáveis renda urbana e renda rural são significativas para explicar as mudanças no PIB.

A partir dos coeficientes apresentados na Figura 3, é possível extrair a seguinte equação de regressão:

$$\text{PIB} = 3125,543 + 8,051 \text{ Renda_Urbana} + 2,091 \text{ Renda_Rural}$$

Essa equação representa o modelo construído através das variáveis independentes, na qual estabelece o grau de influência de cada uma em relação à variável dependente, ou seja, a equação representa, matematicamente, o quanto cada variável independente, neste caso as variáveis “Renda Urbana” e “Renda Rural”, influenciam a variável dependente PIB.

Analisando a equação, pode-se fazer uma interpretação prévia do que pode acontecer com a variável PIB em detrimento das variações nas variáveis independentes, como segue:

- Para cada aumento de uma unidade no rendimento mensal das pessoas da área urbana, o Produto Interno Bruto *per capita* aumentará 8,051 unidades;
- E, para cada aumento de uma unidade no rendimento mensal das pessoas da área rural, o Produto Interno Bruto *per capita* aumentará 2,091 unidades.

5 CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

Como visto, as tabulações da PNAD permitem uma variada combinação de informações sobre as ocupações, rendas, entre outras. No entanto, como o objetivo principal deste estudo era o de caracterizar as atividades pluriativas da agricultura familiar roraimense (agrícolas e não-agrícolas), os dados disponibilizados pela Coordenação da PNAD na Unidade Estadual do IBGE em Roraima foram insuficientes em virtude da necessidade de dados complementares e atualizados, coletados de forma primária pela PNAD.

Diante da dificuldade de informações, a caracterização da agricultura familiar foi realizada com base apenas nos dados do Censo Agropecuário de 2006, no âmbito nacional e estadual, proporcionando uma visão clara da presença de outras rendas fora do estabelecimento da agricultura familiar que, por sua vez, comprova a utilização de atividades não-agrícolas como forma de complementação da renda do produtor familiar.

No entanto, os dados levantados não permitiram sustentar a primeira hipótese do estudo (H1), pois o valor da produção animal (Tabela 4 na subseção 4.2) representa 30,2% da produção vegetal (Tabela 3 na subseção 4.2), característica própria da agricultura.

Contudo, tem-se que 20,9% dos estabelecimentos da agricultura familiar obtiveram outras receitas provenientes de aposentadorias ou pensões, salários advindos de outras atividades fora do estabelecimento e de doações voluntárias de parentes e amigos (ver subseção 4.2), que somaram aproximadamente 6,8 milhões de reais (ver Tabela 3.4.9 – ANEXO L), representando 49,7% do valor da produção vegetal (Tabela 3 na subseção 4.2), ou seja, essas receitas, somadas com as obtidas com as da produção animal, possuem grande participação na renda auferida pelo produtor familiar roraimense (79,9%).

Em relação à segunda hipótese de estudo (H2), os dados coletados não foram suficientes para a análise e comparação com a evolução do PIB Estadual de Roraima, ficando prejudicada a sua confirmação, ou não, de ocorrência.

Por outro lado, verificou-se, ainda, que o Estado de Roraima apresenta um contingente expressivo de pessoas ocupadas na sua área rural, inclusive tendo uma representatividade superior ao apresentado no conjunto do país (Tabela 7 na subseção 4.3).

O Censo Agropecuário de 2006 demonstrou, também, que a **agricultura não-familiar** apresenta pouca representatividade em quantidade de estabelecimentos, atingindo em torno de 13,6%, entretanto, a mesma ocupa uma área maior, que representa 62,5% das terras utilizadas na agricultura roraimense (IBGE, 2006).

Verifica-se que este fato está associado à legislação vigente, a qual determina que para ser considerada agricultura familiar, o agricultor, entre outros requisitos, não deve deter uma área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais (BRASIL, 2006), ou seja, para a agricultura não-familiar não há limite de propriedade de terras.

Por outro lado, a agricultura familiar se torna relevante para o estado de Roraima, porque representa 86,4% dos estabelecimentos agrícolas do estado, superior a média nacional de 84,4% (IBGE, 2006).

Outro aspecto importante é a representatividade da atividade agrícola dentro do estado de Roraima que, apesar de decrescer no decorrer do período, ainda assume a primeira colocação de atividade mais ocupada no estado (Tabela 8 na subseção 4.4).

Acredita-se que um dos fatores para colaborar com esta situação é a evolução da mão-de-obra (empregados) que também apresentou crescimento em quase todo o período, tendo uma pequena queda em 2013 (Tabela 11 na subseção 4.4).

O estudo ainda apresentou a representatividade das pessoas economicamente ativas (PEA) e as não economicamente ativas (Não-PEA) por tipo de domicílio. Sendo que praticamente a somatória dos indivíduos PEA são superiores aos Não-PEA, tanto na área urbana quanto na área rural (Tabela 14 na subseção 4.4).

Em relação à evolução desses indivíduos, observa-se um crescimento muito elevado de pessoas Não-PEA na área urbana (70,6%), em 2013, sendo que na área rural esse crescimento foi de 38,9% (Tabela 15 na subseção 4.4). Acredita-se que a atividade agrícola proporciona a fixação do indivíduo em algum tipo de atividade econômica, mesmo em caráter de subsistência.

Na questão da renda, foi observado que a renda média do empregado rural sofre pouca divergência em relação à renda auferida pelo empregado urbano. No entanto, essa defasagem cresceu em 2013, principalmente nas faixas salariais mais baixas (Tabela 20 na subseção 4.5).

Ao se fazer uma comparação na evolução das rendas auferidas pelas pessoas economicamente ativas e o PIB Estadual *per capita*, verificou-se que ambas possuem uma correlação positiva, sendo que a renda das pessoas da área urbana demonstra um maior impacto no PIB Estadual do que a renda das pessoas da área rural do estado.

No decorrer do estudo, verificou-se que a quantidade de estabelecimentos agrícolas que o estado de Roraima possui, está acima da média nacional, mas as rendas provenientes da área rural não possuem grande representatividade (contribuição) junto ao PIB Estadual, de acordo com a equação proveniente das análises estatísticas, pois, em comparação com as rendas provenientes da área urbana, existe uma proporção de 4 para 1, ou seja, para cada

unidade auferida na renda da área rural, o PIB crescerá apenas essa uma unidade, mas para cada unidade auferida na renda da área urbana, esta acrescerá 4 unidades ao PIB Estadual (o coeficiente da renda-urbana é 8,051 e o da renda-rural é 2,091).

Analisando cada variável para verificar se são, ou não, significativas dentro do modelo que se construiu, convém ressaltar que, apesar da variável Renda Rural apresentar um baixo coeficiente em relação à Renda Urbana, isso não significa que a variável Renda Rural não seja relevante para explicar o valor de outra, mas que seu efeito já pode estar parcialmente incluído em outros indicadores não presentes no modelo, ou seja, outras variáveis independentes como, por exemplo, os repasses do Governo Federal: FPE, FPM, etc.

Somando a isso, os efeitos perversos da crise econômica que se instalou no país nesses últimos anos, refletindo negativamente sobre a economia nacional e afetando a agricultura do estado. Um dos reflexos mais prejudicial desse processo é o aumento nos custos de produção dos principais produtos agrícolas do estado, traduzindo imediatamente na queda da renda dos produtores agrícolas, principalmente na agricultura familiar.

Pode-se afirmar que essa crise afeta mais diretamente o segmento de produtores familiares, devido à retração de investimentos da área pública ou mesmo da área privada, com o início do deslocamento de grandes empresas agroindustriais para o estado.

É necessário considerar ainda o fato de que as políticas de regulamentação e liberação das terras da União ainda não surtiram o efeito desejado, facilitando a concessão de crédito rural para os pequenos produtores. Sem a posse (titularização) das terras, o pequeno produtor não consegue apresentar garantias para obter crédito para financiar a sua produção ou realizar investimentos para melhorar o nível e/ou a qualidade de sua produção.

Diante disso, o desenvolvimento da atividade rural roraimense não pode mais ser relegado ao segundo plano. Verificou-se aqui que os números apresentam aspectos relevantes em relação à média nacional, entretanto, apesar de matematicamente termos uma situação favorável, os resultados finais sobre a renda e a participação mais incisiva do estado na produção agrícola nacional permitem sugerir a criação de programas de desenvolvimento rural, contendo um conjunto de políticas públicas que estimulem as atividades agrícolas, bem como outras de caráter não-agrícola, de modo a demandar mão-de-obra que poderiam ser ofertadas pelos produtores rurais para consolidar o meio rural roraimense, proporcionando bem-estar, aumento na renda familiar e, conseqüentemente, a fixação das famílias rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Flávio Sacco dos. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. 2. ed. Pelotas: UFPEL/Ed. Universitária, 1996. 170 p.

_____. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 54-80, out./2001. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezessete/sacco17.htm>>. Acesso em: 27/02/2013.

ANJOS, Flavio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., Fortaleza, Ceará, 23-27 jul. 2006. *Anais...* Brasília, SOBER, 2006. Disponível em: <<http://purl.umn.edu/145057>>. Acesso em: 06/06/2013.

ARANTES, Emerson Clayton. A formação agrária na Amazônia: uma análise do caso do Estado de Roraima (1972 a 2007). In: SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. (Org.). *Amazônia: espaço, cultura e visões de mundo*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

_____. *Regularização fundiária e direito de propriedade na Amazônia Legal: um estudo de caso do estado em Roraima (1988-2008)*. 2009. 316 f. Dissertação (Mestrado Profissional Interinstitucional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. (Série Didática)

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edição revista e atualizada. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2008 (reimpressão).

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Francesc. *Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999. 326 p. (Série Pesquisa, 42). ISBN 85-7335-035-0

BRASIL. *Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 07/01/2013.

_____. *Lei n. 11949, de 17 de junho de 2009*. Dá nova redação à Lei no 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá as terras pertencentes à União e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11949.htm>. Acesso em: 17/07/2013.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, out./1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 17/07/2013.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Tradução por Lucia Simonini. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). *Primeira conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário: documento final*. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Desenvolvimento_Rural_Sustentavel/deliberacoes_1_conferencia_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf>. Acesso em: 28/05/2013.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. *Novo Rural: uma abordagem ilustrada*, Vol. 1. Londrina: IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. 53 p. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/novo_rural1.zip>. Acesso em: 11/06/2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. 4. ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. Disponível em: <www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/download_orig_file?pageflip_id=8770328>. Acesso em: 25/07/2013.

DOURADO, Ana Clara Gonçalves; OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto. O agricultor familiar no desenvolvimento da pluriatividade. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 25-31 jul. 2010. *Anais...* Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=224>>. Acesso em: 25/06/2013.

DUARTE, Otoniel Ribeiro *et al.* *Compatibilização de Demandas para a Agricultura Familiar no Estado de Roraima*. Boa Vista: Embrapa Roraima, 2009. (Embrapa Roraima. Documentos, 30). Disponível em: <http://www.cpafr.embrapa.br/embrapa/attachments/517_doc302009_agricfamiliar_otoniel.pdf>. Acesso em: 27/01/2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Unidade Roraima. *Cultivos alimentares para agricultura familiar: produção orgânica e manejo*. 2010. Disponível em: <<http://www.cpafr.embrapa.br/embrapa/index.php/br/projetos-de-pesquisa/todos-os-projetos/97-agricultura-familiar-e-indigena/94-cultivos-alimentares-para-agricultura-familiar-producao-organica-e-manejo>>. Acesso em: 02/01/2013.

FARIAS, Fernando Rodrigo. *O PRONAF e o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul/PR*. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, 2010. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/10/TDE-2010-11-29T160355Z-473/Publico/FERNANDO%20RODRIGO%20FARIAS.pdf>. Acesso em: 04/01/2013.

FULLER, Anthony M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1075/1416>>. Acesso em: 22/05/2013.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Coord.). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899430>>. Acesso em: 23/07/2013.

GUANZIROLI, Carlos Enrique *et al.* *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: RAMOS, Pedro (Org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007. (NEAD Estudos, 15), p. 173-225. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-estudos/download_orig_file?pageflip_id=6492961>. Acesso em: 25/07/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 267 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 07/01/2013.

_____. *Censo 2007 [on-line]*. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/censo/censos-2007>>. Acesso em: 04/04/2013.

_____. *Contas Regionais do Brasil – 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000019515011102014502214193696.pdf>>. Acesso em: 29/12/2015.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 02/01/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Unidade Roraima (IBGE/RR). Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações. *Tabulações Especiais da PNAD – 2004 a 2013* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <liezer.pino@ibge.gov.br> em 17 set. 2015.

KAGEYAMA, Angela Antonia. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, p. 555-566. *Anais...* Poços de Caldas, Minas Gerais, 1998.

KAPLAN, Abraham. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder, 1972.

KINSELLA, Jim; WILSON, Susan; De JONG, Floor; RENTING, Henk. Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 481-496, out. 2000. DOI: 10.1111/1467-9523.00162 (Wiley Online Library)

LAURENTI, Antonio Carlos. *A terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense*. Londrina: IAPAR, 2000. 201 p. (Boletim Técnico 63). ISSN 0100-3054 Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/terc_prod_agric.pdf>. Acesso em: 17/07/2013.

LEAL, Rubens Savaris. *Pluriatividade e atividades não-agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul: anos 90*. 2004. 78 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

LUCENA, Romina Batista de; SOUZA, Nali de Jesus de. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 180-200, 2001. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1313/1680>>. Acesso em: 22/05/2013.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev./2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/11776/6891>>. Acesso em: 04/01/2013.

MARGULIS, Sergio. *Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira*. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p. ISBN: 85-88192-10-1. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1185895685298/010CausasDesmatamentoAmazoniaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 28/07/2013.

MASSAQUETTI, Angélica. *A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97*. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3241/000246951.pdf?sequenc>>. Acesso em: 07/03/2014.

MILES, Mathew B.; HUBERMAN, A. Michael. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. 2nd. ed. California: SAGE Publications, 1994.

NASCIMENTO, Carlos Alves. *Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. 2002. 154 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2002.

PEDROZO, José Zeferino. *Agricultura tem um novo papel na economia brasileira: Lutar por um modelo de proteção e apoio à agricultura semelhante aos países desenvolvidos é uma das inspirações do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc)*. Entrevista em: 03/07/2015. Disponível em: <<http://portaldoagronegocio.com.br/entrevista/agricultura-tem-um-novo-papel-na-economia-brasileira-252>>. Acesso em: 14/02/2016.

PIRES, José Antônio Simões; SPRICIGO, Gisele. O conceito da pluriatividade na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 26-30 jul. 2009. *Anais...* Brasília, SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>>. Acesso em: 25/06/2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry (*et al*). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, João Henrique de Mello Vieira. *Uma análise das políticas públicas no meio rural: o caso do projeto de assentamento Japão em Roraima*. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional Interinstitucional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Alcides Galvão dos. *Viabilidade técnica e socioeconômica dos Sistemas Agroflorestais utilizados por agricultores familiares em Roraima*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional Interinstitucional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas públicas, economia e poder: o estado de Roraima entre 1970 e 2000*. 2004. 271 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em: <http://www.bc.ufr.br/normas-tecnicas/doc_download/15-politicas-publicas-economia-e-poder-o-estado-de-roraima-entre-1970-e-2000>. Acesso em: 23/07/2013.

SCHMINK, Marianne. *A case study of the closing frontier in Brazil*. Centro para Estudos Latino Americano: Universidade da Flórida, 1981.

SCHNEIDER, Roberto R. *et al*. *Amazônia sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Belém: Imazon, 2000. (Série Parcerias). 58 p. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3425/Livro_Amaz%F4nia-Sustent%E1vel:%20-limitantes-e-oportunidades-para-o-desenvolvimento-rural-IMAZON.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25/07/2013.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, abr./2001. Disponível em:

<<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/schneid16.htm>>. Acesso em: 04/01/2013.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev./2003b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 02/01/2013.

_____. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., Fortaleza, Ceará, 23-27 jul. 2006a. *Anais...* Brasília, SOBER, 2006. Disponível em: <<http://purl.umn.edu/145064>>. Acesso em: 25/06/2013.

_____. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU, 7., Quito, Ecuador, 20-24 nov. 2006b. *Anais...* Quito, ALASRU, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/21-GT-Schneider-Sergio.doc>>. Acesso em: 06/06/2013.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, a. 16, n. 3, p. 14-33, jul./set. 2007. ISSN 1413-4969. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-de-2007/RPA%20n.3%20-%202007.pdf>>. Acesso em: 25/07/2013.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; VALLE, Luciano Martinez (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito/Ecuador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>>. Acesso em: 25/06/2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA (SEPLAN/RR). *Produto Interno Bruto Estadual e Municipal – 2006*. 5. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2009.

_____. *Produto Interno Bruto Estadual e Municipal – 2007*. 6. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2010.

_____. *Produto Interno Bruto Estadual e Municipal – 2008*. 7. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2011.

_____. *Produto Interno Bruto Estadual e Municipal – 2009*. 8. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2012.

_____. *Produto Interno Bruto Estadual e Municipal – 2010*. 9. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2013.

_____. *Produto Interno Bruto Estadual e Municipal – 2011*. 9. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2014.

SILVA, Darcy da. Colonização e zonas pioneiras. *In: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: A.G.B., 1973. v. 18, p. 197-98.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Paraná, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000. ISSN: 1518-952X, e ISSN: 2176-9109 Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/made/article/view/22105/14471>>. Acesso em: 16/07/2013.

ANEXOS

ANEXO A: Utilização das terras nos estabelecimentos – Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 1.1 - Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras nos estabelecimentos					
			Lavouras					
			Permanentes		Temporárias		Área plantada com forrageiras para corte	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 175 489	329 941 393	1 480 243	11 612 227	3 127 255	44 019 726	3 313 322	4 114 557
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	4 367 902	80 250 453	1 233 614	4 290 241	2 719 571	12 012 792	2 851 616	1 338 027
Não familiar	807 587	249 690 940	246 629	7 321 986	407 684	32 006 933	461 706	2 776 530

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Lavouras		Pastagens					
	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação		Naturais		Pastagens plantadas degradadas		Pastagens plantadas em boas condições	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	11 075	100 109	1 672 328	57 316 457	313 141	9 842 925	1 510 734	91 594 484
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	7 119	18 378	1 361 035	14 575 542	248 086	2 762 803	1 171 043	19 052 869
Não familiar	3 956	81 730	311 293	42 740 915	65 055	7 080 122	339 691	72 541 615

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Matas e/ou florestas						Sistemas agroflorestais	
	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal		Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)		Florestas plantadas com essências florestais		Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo de animais	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	1 097 574	50 163 102	975 307	35 621 638	188 951	4 497 324	305 826	8 197 564
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	795 670	8 119 041	794 732	10 618 764	148 076	592 998	250 252	2 898 493
Não familiar	301 904	42 044 061	180 575	25 002 874	40 875	3 904 326	55 574	5 299 071

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura		Construções, benfeitorias ou caminhos		Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)		Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
	Total	439 892	1 319 492	2 193 760	4 689 700	71 891	789 238	466 927
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	307 770	301 752	1 751 522	1 731 164	53 880	237 728	361 053	1 726 424
Não familiar	132 122	1 017 740	442 238	2 958 536	18 011	551 510	105 874	4 366 760

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO B: Tabelas 1.3 a 1.5 do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 1.3 - Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos
Total	3 946 276	306 847 605	189 191	5 750 283	230 110	9 005 203	142 531	1 985 085	412 357	6 353 218	255 024
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	3 263 868	70 346 453	170 391	4 065 596	196 111	2 093 567	126 795	708 852	368 668	3 035 985	242 069
Não familiar	682 408	236 501 152	18 800	1 684 687	33 999	6 911 635	15 736	1 276 234	43 689	3 317 233	12 955

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 1.4 - Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção							
	Homens				Mulheres			
	Menos de 1 ano na direção dos trabalhos	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalhos	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos	Menos de 1 ano na direção dos trabalhos	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalhos	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos
Total	132 730	817 681	832 868	2 735 982	16 248	103 745	109 290	426 945
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	100 878	654 887	686 234	2 325 341	14 764	93 573	98 580	393 645
Não familiar	31 852	162 794	146 634	410 641	1 484	10 172	10 710	33 300

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 1.5 - Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12, por sexo, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12 (1)					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	16 567 544	15 505 243	11 515 194	10 919 257	5 052 350	4 585 986
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	12 322 225	11 412 590	8 174 002	7 666 373	4 148 223	3 746 217
Não familiar	4 245 319	4 092 653	3 341 192	3 252 884	904 127	839 769

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) Inclusive produtor.

ANEXO C: Tabelas 1.6 e 1.7 do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 1.6 - Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12 com laço de parentesco com o produtor, por idade e principais características do pessoal ocupado em relação ao total, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12 com laço de parentesco com o produtor (1)					
	Total		Principais características em relação ao total do pessoal ocupado			
			Residiam no estabelecimento		Sabiam ler e escrever	
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	12 801 179	11 792 283	10 122 098	9 196 863	8 236 795	7 718 971
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	11 036 701	10 135 724	8 933 708	8 105 709	6 984 632	6 524 084
Não familiar	1 764 478	1 656 559	1 188 390	1 091 154	1 252 163	1 194 887

Agricultura familiar	Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12 com laço de parentesco com o produtor (1)					
	Principais características em relação ao total do pessoal ocupado					
	Recebiam salário		Tinham qualificação profissional		Trabalhavam somente em atividade não agropecuária	
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	537 964	533 420	286 729	285 634	223 671	211 747
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	341 015	337 475	170 089	169 333	169 910	159 937
Não familiar	196 949	195 945	116 640	116 301	53 761	51 810

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) Inclusive produtor.

Tabela 1.7 - Estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento, por tipo de atividade, segundo agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento			
	Estabelecimentos	Tipo de atividade		
		Agropecuária	Não agropecuária	Agropecuária e não agropecuária
Total	1 479 362	686 659	745 594	47 109
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	1 113 992	557 155	524 855	31 982
Não familiar	365 370	129 504	220 739	15 127

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO D: Tabela 1.8 do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 1.8 - Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo							
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Venda					
			Produtos vegetais		Animais e seus produtos		Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros)	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	3 620 670	121 833 136	2 306 576	91 165 433	2 096 110	20 058 611	12 611	461 926
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	3 031 170	41 322 443	1 970 265	27 883 780	1 729 341	8 693 506	9 802	121 293
Não familiar	589 500	80 510 693	336 311	63 281 653	366 769	11 365 105	2 809	340 633

Agricultura familiar	Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo									
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Venda							
			Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabelecimento		Exploração mineral	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	1 195	10 500	33 901	128 672	3 551	53 102	5 812	121 468		
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	878	6 716	25 124	34 266	2 188	13 546	4 411	28 653		
Não familiar	317	3 784	8 777	94 406	1 363	39 556	1 401	92 815		

Agricultura familiar	Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo									
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Venda							
			Produtos da agroindústria		Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros		Prestação de serviços para empresa integradora		Outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	314 298	3 034 861	44 300	570 304	49 295	6 109 143	33 227	119 116		
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	279 443	1 474 487	37 101	130 610	38 342	2 867 954	28 797	67 632		
Não familiar	34 855	1 560 374	7 199	439 694	10 953	3 241 189	4 430	51 485		

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO E: Tabelas 1.9 e 1.10 do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 1.9 - Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo							
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Recursos de aposentadorias ou pensões		Salários obtidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento		Doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	2 044 976	12 707 879	976 146	5 797 186	647 518	5 664 421	44 597	87 055
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	1 710 751	7 763 150	887 912	5 063 925	388 418	1 878 093	37 995	59 478
Não familiar	334 225	4 944 729	88 234	733 262	259 100	3 786 327	6 602	27 577

Agricultura familiar	Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo					
	Receitas provenientes de programas especiais dos governos (Federal, Estadual ou Municipal)		Desinvestimentos		Pescado (capturado)	
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	713 883	631 758	31 325	433 233	33 955	94 226
Agricultura familiar - Lei 11.326	644 257	544 211	24 383	160 328	30 914	57 115
Não familiar	69 626	87 547	6 942	272 905	3 041	37 111

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 1.10 - Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção									
	Total		Animal							
			Total		De grande porte		De médio porte		Aves	
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	4 596 439	143 821 309	3 183 939	30 524 385	1 850 784	13 647 925	1 123 129	5 193 541	2 368 271	10 548 326
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	3 886 842	54 367 701	2 661 110	13 606 322	1 487 593	7 650 693	936 431	2 471 238	2 035 191	3 175 831
Não familiar	709 597	89 453 608	522 829	16 918 063	363 191	5 997 232	186 698	2 722 303	333 080	7 372 495

Agricultura familiar	Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção									
	Animal		Vegetal							
	Pequenos animais		Total		Lavouras				Horticultura	
					Permanente		Temporária			
Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	
Total	149 498	1 134 592	3 858 648	110 046 359	823 068	25 252 543	3 081 108	72 493 580	1 169 234	4 374 605
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	121 896	308 559	3 314 776	38 913 300	679 320	10 461 035	2 691 049	22 745 771	991 512	2 765 478
Não familiar	27 602	826 033	543 872	71 133 059	143 748	14 791 508	390 059	49 747 809	177 722	1 609 126

Agricultura familiar	Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção							
	Vegetal						Valor agregado da agroindústria (1)	
	Floricultura		Silvicultura		Extração vegetal			
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	10 862	632 857	211 412	5 954 126	363 759	1 338 649	538 830	3 250 565
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	7 443	130 735	181 351	1 739 264	320 986	1 071 018	480 866	1 848 079
Não familiar	3 419	502 122	30 061	4 214 861	42 773	267 631	57 964	1 402 486

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) Valor da agroindústria é o valor agregado (valor total da produção menos o valor da matéria-prima utilizada).

ANEXO F: Tabelas 1.11 e 1.12 do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 1.11 - Estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos que obtiveram financiamento			
	Por finalidade			
	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Total	395 425	492 628	10 554	86 218
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	343 981	405 874	8 285	73 818
Não familiar	51 444	86 754	2 269	12 400

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 1.12 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos que não obtiveram financiamento							
	Total	Motivo da não obtenção						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Total	4 254 808	77 984	61 733	355 751	133 419	878 623	538 368	2 208 930
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	3 586 365	68 923	56 205	301 242	116 861	783 741	462 701	1 796 692
Não familiar	668 443	9 061	5 528	54 509	16 558	94 882	75 667	412 238

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO G: Estabelecimentos da Agricultura Familiar – Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 2.1 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei n° 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4 367 902	80 250 453	807 587	249 690 940
Norte	413 101	16 647 328	62 674	38 139 968
Rondônia	75 251	3 302 769	11 826	5 026 364
Acre	25 187	1 494 424	4 295	1 996 859
Amazonas	61 843	1 477 045	4 941	2 157 265
Roraima	8 908	637 963	1 402	1 061 871
Pará	196 150	6 909 156	25 878	15 556 870
Amapá	2 863	130 770	664	743 018
Tocantins	42 899	2 695 201	13 668	11 597 721
Nordeste	2 187 295	28 332 599	266 711	47 261 842
Maranhão	262 089	4 519 305	24 948	8 472 143
Piauí	220 757	3 761 306	24 621	5 745 291
Ceará	341 510	3 492 848	39 504	4 429 366
Rio Grande do Norte	71 210	1 046 131	11 842	2 141 771
Paraíba	148 077	1 596 273	19 195	2 186 605
Pernambuco	275 740	2 567 070	29 048	2 866 999
Alagoas	111 751	682 616	11 580	1 425 745
Sergipe	90 330	711 488	10 276	768 925
Bahia	665 831	9 955 563	95 697	19 224 996
Sudeste	699 978	12 789 019	222 071	41 447 150
Minas Gerais	437 415	8 845 883	114 202	23 801 664
Espírito Santo	67 403	966 797	16 953	1 871 381
Rio de Janeiro	44 145	470 221	14 335	1 575 646
São Paulo	151 015	2 506 118	76 579	14 195 353
Sul	849 997	13 066 591	156 184	28 459 566
Paraná	302 907	4 249 882	68 144	11 036 652
Santa Catarina	168 544	2 645 088	25 119	3 395 047
Rio Grande do Sul	378 546	6 171 622	62 921	14 027 867
Centro-Oeste	217 531	9 414 915	99 947	94 382 413
Mato Grosso do Sul	41 104	1 190 206	23 758	28 866 741
Mato Grosso	86 167	4 884 212	26 811	42 921 302
Goiás	88 436	3 329 630	47 247	22 353 918
Distrito Federal	1 824	10 867	2 131	240 453

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO H: Utilização das Terras na Agricultura Familiar em Roraima – 2006.

Tabela 3.4.1 - Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras nos estabelecimentos					
			Lavouras					
			Permanentes		Temporárias		Área plantada com forrageiras para corte	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	10 310	1 699 834	3 216	50 669	3 689	58 322	3 750	5 232
Agricultura familiar - Lei n° 11.326	8 908	637 963	2 812	33 529	3 278	20 228	3 309	853
Não familiar	1 402	1 061 871	404	17 140	411	38 094	441	4 378

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Lavouras		Pastagens					
	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação		Naturais		Pastagens plantadas degradadas		Pastagens plantadas em boas condições	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	10	52	1 344	401 971	1 054	50 013	6 244	267 669
Agricultura familiar - Lei n° 11.326	9	51	884	34 587	891	17 154	5 403	114 733
Não familiar	1	x	460	367 384	163	32 858	841	152 936

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Matas e/ou florestas						Sistemas agroflorestais	
	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal		Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)		Florestas plantadas com essências florestais		Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo de animais	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	6 220	456 333	3 694	303 184	39	2 957	599	44 808
Agricultura familiar - Lei n° 11.326	5 644	296 431	3 135	99 841	30	443	478	9 414
Não familiar	576	159 902	559	203 343	9	2 514	121	35 394

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura		Construções, benfeitorias ou caminhos		Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)		Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
	Total	704	6 843	2 644	16 245	36	875	454
Agricultura familiar - Lei n° 11.326	463	690	2 046	5 329	21	148	319	4 566
Não familiar	241	6 153	598	10 917	15	728	135	30 134

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO I: Atividades Produtivas da Agricultura Familiar em Roraima – 2006.

Tabela 3.4.2 - Agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas - Roraima -2006

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei nº 11.326	Não familiar
(continua)		
Produção vegetal		
Arroz em casca		
Estabelecimentos	1 314	105
Quantidade produzida (kg)	10 738 728	62 135 380
Área colhida (ha)	3 695	12 351
Valor da produção (R\$)	5 104 588	31 253 309
Feijão-preto		
Estabelecimentos	4	-
Quantidade produzida (kg)	5 540	-
Área colhida (ha)	6	-
Valor da produção (R\$)	5 595	-
Feijão de cor		
Estabelecimentos	73	8
Quantidade produzida (kg)	80 969	1 190
Área colhida (ha)	106	4
Valor da produção (R\$)	104 475	2 480
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar em grão		
Estabelecimentos	100	2
Quantidade produzida (kg)	123 509	250
Área colhida (ha)	231	2
Valor da produção (R\$)	134 469	500
Mandioca		
Estabelecimentos	892	69
Quantidade produzida (kg)	8 065 974	678 860
Área colhida (ha)	7 097	203
Valor da produção (R\$)	3 482 147	557 425
Milho em grão		
Estabelecimentos	1 287	124
Quantidade produzida (kg)	9 637 286	6 102 370
Área colhida (ha)	4 794	2 119
Valor da produção (R\$)	4 753 231	2 560 796
Soja		
Estabelecimentos	-	9
Quantidade produzida (kg)	-	11 005 000
Área colhida (ha)	-	4 013
Valor da produção (R\$)	-	5 993 890

ANEXO I: Continuação.

Tabela 3.4.2 - Agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas - Roraima -2006

Variáveis selecionadas	(conclusão)	
	Agricultura familiar - Lei n° 11.326	Não familiar
Trigo		
Estabelecimentos	-	-
Quantidade produzida (kg)	-	-
Área colhida (ha)	-	-
Valor da produção (R\$)	-	-
Café arábica em grão (verde)		
Estabelecimentos	67	9
Quantidade produzida (kg)	22 470	1 710
Área colhida (ha)	3	2
Valor da produção (R\$)	9 654	3 130
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)		
Estabelecimentos	15	-
Quantidade produzida (kg)	1 618	-
Área colhida (ha)	1	-
Valor da produção (R\$)	3 597	-
Pecuária		
Bovinos		
Estabelecimentos	3 626	1 106
Número de cabeças em 31.12	176 639	304 065
Leite de vaca		
Estabelecimentos	484	333
Quantidade produzida (litros)	2 100 348	4 504 998
Valor da produção (R\$)	1 737 215	3 806 988
Leite de cabra		
Estabelecimentos	-	1
Quantidade produzida (litros)	-	1 460
Valor da produção (R\$)	-	1 460
Aves		
Estabelecimentos	4 569	919
Número de cabeças em 31.12	236 574	77 502
Ovos de galinha (dz)	97 308	61 048
Valor da produção dos ovos (R\$)	316 349	194 694
Suínos		
Estabelecimentos	1 412	613
Número de cabeças em 31.12	24 526	18 444
Valor da produção (R\$)	2 048 589	1 643 033

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO J: Tabelas 3.4.3 a 3.4.5 do Censo Agropecuário de 2006.

3.4.3 - Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos
Total	8 993	1 623 611	568	44 230	15	4 407	119	19 248	170	8 338	445
Agricultura familiar - Lei 11 326	7 668	590 342	537	33 055	12	667	93	9 621	158	4 278	440
Não familiar	1 325	1 033 269	31	11 175	3	3 740	26	9 627	12	4 060	5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 3.4.4 - Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção							
	Homens				Mulheres			
	Menos de 1 ano na direção dos trabalhos	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalhos	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos	Menos de 1 ano na direção dos trabalhos	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalhos	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos
Total	857	2 570	2 457	3 109	86	417	376	438
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	543	2 159	2 228	2 740	78	396	358	406
Não familiar	314	411	229	369	8	21	18	32

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 3.4.5 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31.12, por sexo, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31.12 (1)					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	29 509	24 856	19 413	16 946	10 096	7 910
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	24 948	20 734	16 050	13 826	8 898	6 908
Não familiar	4 561	4 122	3 363	3 120	1 198	1 002

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) Inclusive produtor.

ANEXO J: Tabelas 3.4.6 e 3.4.7 do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 3.4.6 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31.12 com laço de parentesco com o produtor, por idade e principais características do pessoal ocupado em relação ao total, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31.12 com laço de parentesco com o produtor (1)					
	Total		Principais características em relação ao total do pessoal ocupado			
			Residiam no estabelecimento		Sabiam ler e escrever	
Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	
Total	27 970	23 378	23 540	19 284	13 501	11 780
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	24 509	20 302	20 878	16 945	11 658	10 089
Não familiar	3 461	3 076	2 662	2 339	1 843	1 691

Agricultura familiar	Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31.12 com laço de parentesco com o produtor (1)					
	Principais características em relação ao total do pessoal ocupado					
	Recebiam salário		Tinham qualificação profissional		Trabalhavam somente em atividade não agropecuária	
Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	
Total	1 094	1 067	430	427	378	363
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	606	592	287	287	320	308
Não familiar	488	475	143	140	58	55

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) Inclusive produtor.

Tabela 3.4.7 - Estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento, por tipo de atividade, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento			
	Estabelecimentos	Tipo de atividade		
		Agropecuária	Não agropecuária	Agropecuária e não agropecuária
Total	2 230	927	1 031	272
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	1 858	831	771	256
Não familiar	372	96	260	16

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO K: Receitas Obtidas pelos Estabelecimentos Agrícolas de Roraima em 2006.

Tabela 3.4.8 - Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo							
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Venda					
			Produtos vegetais		Animais e seus produtos		Animais criados em cativeiros (jacaré, escargó, capivara e outros)	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	4 146	79 150	2 180	62 569	2 655	15 484	6	21
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	3 436	23 914	1 975	18 471	2 074	4 692	6	21
Não familiar	710	55 235	205	44 098	581	10 792	-	-

Agricultura familiar	Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo							
	Venda							
	Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabelecimento		Exploração mineral	
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	1	x	168	184	1	x	1	x
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	1	x	23	17	-	-	1	x
Não familiar	-	-	145	168	1	x	-	-

Agricultura familiar	Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo							
	Produtos da agroindústria		Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros		Prestação de serviços para empresa integradora		Outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	132	790	20	37	12	19	29	41
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	118	625	18	30	11	19	24	36
Não familiar	14	165	2	x	1	x	5	4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO L: Outras Receitas Obtidas pelo Produtor Agrícola de Roraima em 2006.

Tabela 3.4.9 - Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo							
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Recursos de aposentadorias ou pensões		Salários obtidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento		Doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	2 149	10 368	477	2 115	632	6 305	22	34
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	1 861	6 764	448	2 028	402	3 214	19	34
Não familiar	288	3 604	29	87	230	3 092	3	1

Agricultura familiar	Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo					
	Receitas provenientes de programas especiais dos governos (Federal, Estadual ou Municipal)		Desinvestimentos		Pescado (capturado)	
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	1 566	1 212	25	234	83	468
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	1 409	984	15	92	79	413
Não familiar	157	228	10	142	4	55

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

ANEXO M: Valor da Produção dos Estabelecimentos Agrícolas de Roraima em 2006.

Tabela 3.4.10 - Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção									
	Total		Animal							
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Total		De grande porte		De médio porte		Aves	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)						
Total	5 950	98 916	4 441	23 573	2 144	16 933	1 033	1 906	3 423	1 892
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	4 949	38 156	3 567	8 567	1 500	6 089	638	870	2 821	1 354
Não familiar	1 001	60 760	874	15 006	644	10 843	395	1 036	602	537

Agricultura familiar	Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção									
	Animal		Vegetal							
	Pequenos animais	Total	Lavouras						Horticultura	
			Permanente		Temporária					
Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	
Total	67	2 842	3 572	74 253	1 017	14 335	2 513	56 012	678	2 319
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	35	253	3 217	28 611	916	10 184	2 293	15 085	583	1 983
Não familiar	32	2 589	355	45 642	101	4 151	220	40 926	95	336

Agricultura familiar	Valor da produção dos estabelecimentos no ano, por tipo de produção								
	Vegetal							Valor agregado da agroindústria (1)	
	Floricultura		Silvicultura		Extração vegetal				
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	
Total	4	11	32	333	382	1 243	185	1 090	
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	3	11	29	331	349	1 016	169	978	
Não familiar	1	x	3	1	33	227	16	112	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) O valor agregado da agroindústria corresponde ao valor total da produção menos o valor da matéria-prima utilizada.

ANEXO N: Tabelas 3.4.11 e 3.4.12 do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 3.4.11 - Estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos que obtiveram financiamento			
	Por finalidade			
	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Total	475	104	5	105
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	430	83	4	93
Não familiar	45	21	1	12

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 3.4.12 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, segundo a agricultura familiar - Roraima - 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos que não obtiveram financiamento							
	Total	Motivo da não obtenção						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Total	9 644	215	244	2 019	142	1 208	1 273	4 543
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	8 315	188	225	1 803	133	1 000	1 155	3 811
Não familiar	1 329	27	19	216	9	208	118	732

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Notas Metodológicas referentes ao Censo Agropecuário de 2006

Variáveis utilizadas para categorização da agricultura familiar

Unidade de trabalho familiar

Foi obtida pela soma do número de pessoas, homens ou mulheres, com laços de parentesco de 14 anos ou mais, inclusive a pessoa que dirige o estabelecimento, mais a metade do número de pessoas com laços de parentesco menores de 14 anos, mais o número de empregados em “outra condição” de 14 anos ou mais, mais a metade do número de empregados em “outra condição” de menos de 14 anos.

Unidade de trabalho contratado

Foi obtida pela soma do número de homens e mulheres: empregados permanentes de 14 anos ou mais, mais a metade do número de empregados permanentes com menos de 14 anos, mais empregados-parceiros de 14 anos ou mais de idade, mais a metade do número de empregados-parceiros de menos de 14 anos, mais o resultado da divisão do número de diárias pagas em 2006 por 260, e mais o resultado da divisão dos dias de empreitada por 260.

Renda total do empreendimento

Valor obtido da soma do valor bruto da produção ajustado e da receita agropecuária indireta, subtraído do total de despesas. Para tanto, foram realizadas as seguintes operações intermediárias:

- Valor bruto da produção ajustado: valor total da produção, subtraído do valor da produção de milho e forrageiras para consumo animal;
- Valor da produção de milho para consumo animal: no caso de ter havido registro de *milho em grão* como produto da lavoura temporária e a quantidade produzida em 2006 tenha sido maior que a quantidade vendida em 2006, e o destino da produção tenha sido para *consumo*, então a variável valor da produção de milho para consumo animal foi igual a quantidade produzida em 2006, subtraída a quantidade vendida em 2006, multiplicado o resultado pelo preço médio unitário do produto;
- Valor da produção de forrageiras para consumo animal: para os estabelecimentos onde existissem registros de produtos da lavoura temporária, como *frrageiras para corte* ou *cana frrageira*, ou *milho frrageiro*, ou *sorgo frrageiro*, ou *fava em grão*, a variável valor da produção de forrageiras foi obtida do total apurado entre a quantidade produzida em 2006, subtraída da quantidade vendida em 2006, e seu resultado multiplicado pelo preço médio unitário do respectivo produto; e
- Receita da agropecuária indireta: obtida da soma dos valores da atividade de turismo rural, da exploração mineral, do serviço de beneficiamento para terceiros, das outras atividades não agrícolas, e da indústria rural, se 70,0% ou mais da matéria-prima para a indústria rural fosse de origem do próprio estabelecimento.

APÊNDICE B: Notas Metodológicas referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

Apresentam-se, a seguir, conceitos, definições, datas e períodos de referência e de captação utilizados na classificação das principais características que foram objeto da PNAD.

PERÍODOS DE REFERÊNCIA

Semana de entrevista – é a semana de domingo a sábado, destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares de um determinado grupo de setores.

Semana de referência – é a semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso e dedicação à atividade de cuidado de pessoas.

Último dia da semana de referência - é a data que finaliza a semana de referência. É utilizada para calcular a idade das pessoas, o tempo de permanência no trabalho das pessoas ocupadas e o tempo de procura de trabalho para as não ocupadas.

Período de referência de 30 dias - é o período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Esse período é utilizado na captação da procura efetiva de trabalho.

Período de referência de 30 dias contados a partir do 1º dia da semana de referência - esse período é utilizado na captação da disponibilidade das pessoas ocupadas para iniciar um trabalho adicional ou trocar de trabalho.

Mês de referência – é o mês anterior ao que contém a semana de referência. Esse período é utilizado na captação dos rendimentos de trabalho efetivamente recebidos, além dos outros rendimentos tais como: pensão alimentícia, seguro desemprego etc.

DOMICÍLIO

Considera-se domicílio o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência da pesquisa.

A separação fica caracterizada quando o local de moradia é cercado por paredes, muros, cercas etc., e coberto por um teto, permitindo que seus moradores se isolem das outras pessoas da comunidade e se protejam das condições climáticas e do meio ambiente.

A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Ou seja, local de habitação tem acesso direto para a via pública ou para terreno, galeria, corredor, passagem, saguão etc., público ou comunitário.

Somente quando forem atendidas simultaneamente as condições de separação e independência caracteriza-se corretamente um domicílio.

Os domicílios são classificados em particulares ou coletivos. Os particulares são moradias onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Os coletivos são moradias onde prevalece o cumprimento de normas administrativas.

Em função dos objetivos principais da PNAD Contínua e, ainda, do esquema de rotação de domicílios utilizado, no qual cada domicílio permanece na amostra por cinco trimestres consecutivos, apenas domicílios particulares permanentes são pesquisados.

MORADOR

É considerado morador a pessoa que tinha a unidade domiciliar (domicílio particular permanente) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estava presente ou temporariamente ausente por período não superior a doze meses em relação àquela data.

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

Condição na unidade domiciliar

Dentro de cada unidade domiciliar as pessoas são classificadas em função da relação com a pessoa indicada como a responsável pelo domicílio, de acordo com as seguintes definições:

Pessoa responsável pelo domicílio – Para a única pessoa considerada como responsável pelo domicílio pelos demais moradores. No caso de haver mais de uma, é aquela, dentre as pessoas responsáveis, escolhida para iniciar a lista de moradores no domicílio;

Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente - Para a pessoa (homem ou mulher) que vive conjugalmente com a pessoa responsável pelo domicílio, sendo de sexo diferente, existindo ou não vínculo matrimonial;

Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo - Para a pessoa (homem ou mulher) que vive conjugalmente com a pessoa responsável pelo domicílio, sendo ambas de mesmo sexo;

Filho(a) do responsável e do cônjuge - Para o(a) filho(a) da pessoa responsável pelo domicílio e do cônjuge, seja consanguíneo(a), adotivo(a) ou de criação;

Filho(a) somente do responsável - Para o(a) filho (a) somente da pessoa responsável pelo domicílio, seja consanguíneo(a), adotivo(a) ou de criação;

Enteado(a) - Para o(a) filho(a) somente do cônjuge, seja consanguíneo(a), adotivo(a) ou de criação;

Genro ou nora - Para o genro ou a nora da pessoa responsável pelo domicílio;

Pai, mãe, padrasto ou madrasta - Para o pai, a mãe, o padrasto ou a madrasta da pessoa responsável pelo domicílio;

Sogro(a) - Para o(a) sogro(a) da pessoa responsável pelo domicílio;

Neto(a) - Para o(a) neto(a) da pessoa responsável pelo domicílio;

Bisneto(a) - Para o bisneto(a) da pessoa responsável pelo domicílio;

Irmão ou irmã - Para o irmão ou irmã consanguíneo(a), adotivo(a) ou de criação da pessoa responsável pelo domicílio;

Avô ou avó - Para o avô ou avó da pessoa responsável pelo domicílio;

Outro parente - Para o(a) bisavô(ó), cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a) da pessoa responsável pelo domicílio;

Agregado(a) – Não parente que não compartilha despesas - Para a pessoa residente em domicílio particular que, sem ser parente da pessoa responsável pelo domicílio, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, não paga hospedagem nem contribui para as despesas de alimentação e moradia do domicílio;

Convivente - Não parente que compartilha despesas - Para a pessoa residente em domicílio particular que, sem ser parente da pessoa responsável pelo domicílio, divide as despesas de alimentação e/ou moradia;

Pensionista - Para a pessoa residente em domicílio particular que, sem ser parente da pessoa responsável pelo domicílio, paga hospedagem;

Empregado(a) doméstico(a) - Para a pessoa residente em domicílio particular que presta serviços domésticos remunerados a um ou mais moradores do domicílio;

Parente do(a) empregado(a) doméstico(a) - Para a pessoa residente em domicílio particular que é parente do(a) empregado(a) doméstico(a) e que não presta serviços domésticos remunerados a moradores do domicílio.

IDADE

A investigação da idade é feita por meio da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento. A idade é calculada em relação ao último dia da semana de referência.

COR OU RAÇA

Consideram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declara indígena ou índia).

Características de educação

As características de educação são investigadas para todas as pessoas de 5 anos ou mais de idade.

Alfabetização

Considera-se alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever pelo menos um recado ou bilhete simples no idioma que conhece.

Frequência a escola

Considerou-se que frequentava escola a pessoa que estava matriculada e frequentava curso: de pré-escola (maternal ou jardim de infância); de alfabetização de jovens e adultos; regular, do ensino fundamental ou do ensino médio; de educação de jovens e adultos - EJA, do ensino fundamental ou do ensino médio; superior; de mestrado; de doutorado; de educação à distância – EAD de qualquer nível (fundamental, médio ou superior).

Considerou-se, também, que frequentava escola, a pessoa matriculada que, por ocasião da pesquisa, estava temporariamente impedida de comparecer às aulas por algum motivo como, por exemplo, doença, falta, férias escolares ou greve.

Não se considerou que frequentava escola a pessoa que frequentava somente: curso rápido profissionalizante ou de extensão cultural (como, por exemplo, idiomas, informática, corte e costura, dança etc.); curso sequencial de educação superior, de especialização profissional e de pós-graduação que não fosse de mestrado ou doutorado; cursos de ensino fundamental e de ensino médio ministrados por meio de rádio e de televisão ou por correspondência; ou curso pré-vestibular.

Para a pessoa que não frequentava escola, considerou-se que já havia frequentado quando, anteriormente, cursou: a classe de alfabetização – CA; a alfabetização de jovens e adultos; os antigos primário (elementar), ginásial (médio 1º ciclo), científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo); o regular do ensino fundamental ou do 1º grau; o regular do ensino médio ou 2º grau; a educação de jovens e adultos – EJA ou supletivo do ensino fundamental, 1º grau, ensino médio ou 2º grau; o superior, o mestrado ou o doutorado.

Considerou-se, também, que já havia frequentado escola a pessoa que prestou os exames do extinto artigo 99 (médio 1º ciclo ou médio 2º ciclo) ou do supletivo (fundamental ou 1º grau, ou médio ou 2º grau) e foi aprovada, embora nunca tenha frequentado curso ministrado em escola.

Nível de Instrução

A classificação da pessoa segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série ou ano, nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente.

Sem instrução

Pessoa que:

- nunca frequentou escola;
- frequentava: a pré-escola; a alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série do ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental; o 1º ou o 2º ano do ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos; o ensino fundamental regular não seriado; a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental não seriado; ou
- não frequentava, mas já frequentou: a classe de alfabetização; a alfabetização de jovens e adultos; o antigo primário (elementar), o 1º grau, o ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; o ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos, mas, no máximo, concluiu, com aprovação, a 1º ano deste curso; o ensino fundamental regular não seriado ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental não seriado, mas não concluiu estes cursos.

Ensino fundamental incompleto ou equivalente

Pessoa que:

- frequentava: da 2ª a 8ª série do ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental; do 3º ao 9º ano do ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos; ou
- não frequentava, mas já frequentou: o antigo primário (elementar) e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série deste curso; o antigo ginásio (médio 1º ciclo), mas não concluiu este curso; o 1º grau, o ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série e, no máximo, a 7ª série destes cursos; o ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2ª série e, no máximo, a 8ª série deste curso.

Ensino fundamental completo ou equivalente

Pessoa que:

- frequentava: a 1ª série do ensino médio regular seriado ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio; o ensino médio regular não seriado; a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio não seriado;
- não frequentava, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: o antigo ginásio (médio 1º ciclo), o 1º grau, o ensino fundamental regular, com duração de 8 anos ou 9 anos; a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental; ou

– não frequentava, mas já frequentou: o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo), o 2º grau, o ensino médio regular, a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; o antigo científico, clássico (médio 2º ciclo) não seriado, o 2º grau não seriado, o ensino médio regular não seriado, a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio não seriado, mas não concluiu estes cursos.

Ensino médio incompleto ou equivalente

Pessoa que:

– frequentava: da 2ª a 4ª série do ensino médio regular seriado, ou da 2ª a 3ª série da educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio; ou

– não frequentava, mas já frequentou: o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo) seriado, o 2º grau ou o ensino médio regular seriado, a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio seriado e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu estes cursos.

Ensino médio completo ou equivalente

Pessoa que:

– frequentava: o 1º ano de curso superior de graduação e não concluiu outro curso superior de graduação; ou

– não frequentava, mas já frequentou: o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo), o 2º grau, o ensino médio regular ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio e concluiu, com aprovação, estes cursos; curso superior de graduação, mas não concluiu 1º ano deste curso.

Superior incompleto ou equivalente

Pessoa que:

– frequentava: do 2º ao 6º ano de curso superior de graduação e não concluiu outro curso superior de graduação; ou

– não frequentava, mas já frequentou: curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos o 1º ano, mas não concluiu o curso.

Superior completo

Pessoa que:

– frequentava: mestrado ou doutorado; ou curso superior de graduação e já concluiu, com aprovação, outro curso superior de graduação;

– não frequentava, mas já frequentou: mestrado ou doutorado; ou – não frequentava, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação.

CARACTERÍSTICAS DE TRABALHO

Trabalho

O conceito de trabalho abrange diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros:

a) trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;

- b) trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio, que recebe a remuneração pelo trabalho do conjunto do domicílio;
- c) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo ou uso das pessoas moradoras do domicílio;
- d) trabalho voluntário;
- e) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; e
- f) trabalho nos afazeres domésticos.

Os itens a e b apresentam as formas de trabalho que geram rendimento para o domicílio e que serão adotadas para definir a força de trabalho. Os resultados trimestrais do tema trabalho serão baseados nesse conceito e os anuais, no conceito que abrange todas as formas de trabalho.

Pessoas em idade de trabalhar

Definem-se como em idade de trabalhar as pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

Procura de trabalho

Define-se como procura de trabalho que gera rendimentos para o domicílio a tomada de alguma providência efetiva para consegui-lo, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; a tomada de medida para iniciar o próprio negócio mediante procura de local, equipamento ou outros pré-requisitos, a solicitação de registro ou licença para funcionamento do empreendimento etc.

Condição de ocupação

As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas ocupadas

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim, também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

Pessoas desocupadas

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Condição em relação à força de trabalho

As pessoas são classificadas, quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho.

Pessoas na força de trabalho

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.

Pessoas fora da força de trabalho

São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

Taxa de participação na força de trabalho

É o percentual de pessoas na força de trabalho, na semana de referência, em relação às pessoas em idade de trabalhar:

$$[\text{pessoas na força de trabalho} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$$

Nível da ocupação

É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar:

$$[\text{pessoas ocupadas} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$$

Taxa de ocupação

É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana:

$$[\text{pessoas ocupadas} / \text{pessoas na força de trabalho}] \times 100$$

Nível da desocupação

É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas em idade de trabalhar:

$$[\text{pessoas desocupadas} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$$

Taxa de desocupação

É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana:

$$[\text{pessoas desocupadas} / \text{pessoas na força de trabalho}] \times 100$$

Empreendimento

Entende-se por empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento desenvolvido individualmente ou com a ajuda de

outras pessoas (empregados, sócios, trabalhadores em ajuda à membro da unidade domiciliar). Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento.

Trabalho principal

Considera-se trabalho principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nessa semana.

Para a pessoa com mais de um trabalho na semana de referência, isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalhava normalmente maior número de horas semanais.

Havendo igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, define-se como principal aquele que proporcionava normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tinha mais tempo de permanência.

Posição na ocupação

Foram definidas quatro categorias de posição na ocupação:

Empregado - pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.).

A categoria dos empregados foi desagregada nos seguintes subgrupos:

Trabalhador doméstico - pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar - pessoa que era militar do Exército, Marinha de Guerra ou Aeronáutica, inclusive a que prestava o serviço militar obrigatório, ou da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar;

Empregado do setor privado - pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica) do setor privado, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Nesse subgrupo, incluiu-se o sacerdote, o ministro de igreja, o pastor, o rabino, o frade, a freira e outros clérigos;

Empregado do setor público (inclusive empresas de economia mista) - pessoa que trabalhava para o governo, em qualquer esfera: federal, estadual ou municipal, que abrange, além das entidades da administração direta, as fundações, as autarquias, as empresas públicas e as empresas de economia mista. Nesse subgrupo, incluiu-se a pessoa que exercia mandato eletivo como vereador, deputado, prefeito etc.;

Conta própria - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar;

Empregador - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Trabalhador familiar auxiliar - pessoa que trabalhava sem receber pagamento, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria, empregador ou empregado.

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego, são classificados em:

- com carteira de trabalho assinada;
- militares e funcionários públicos estatutários; e
- sem carteira de trabalho assinada.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários é constituída pelos militares do Exército, Marinha ou Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, e pelos empregados sob o regime jurídico dos funcionários públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias). O subgrupo dos empregados, constituído pelos trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, é classificado em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.